

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**“Pra soletrar a liberdade
na cartilha do ABC”¹:
o MST vincula educação
à questão agrária como
uma das condições necessárias
para a transformação social.**

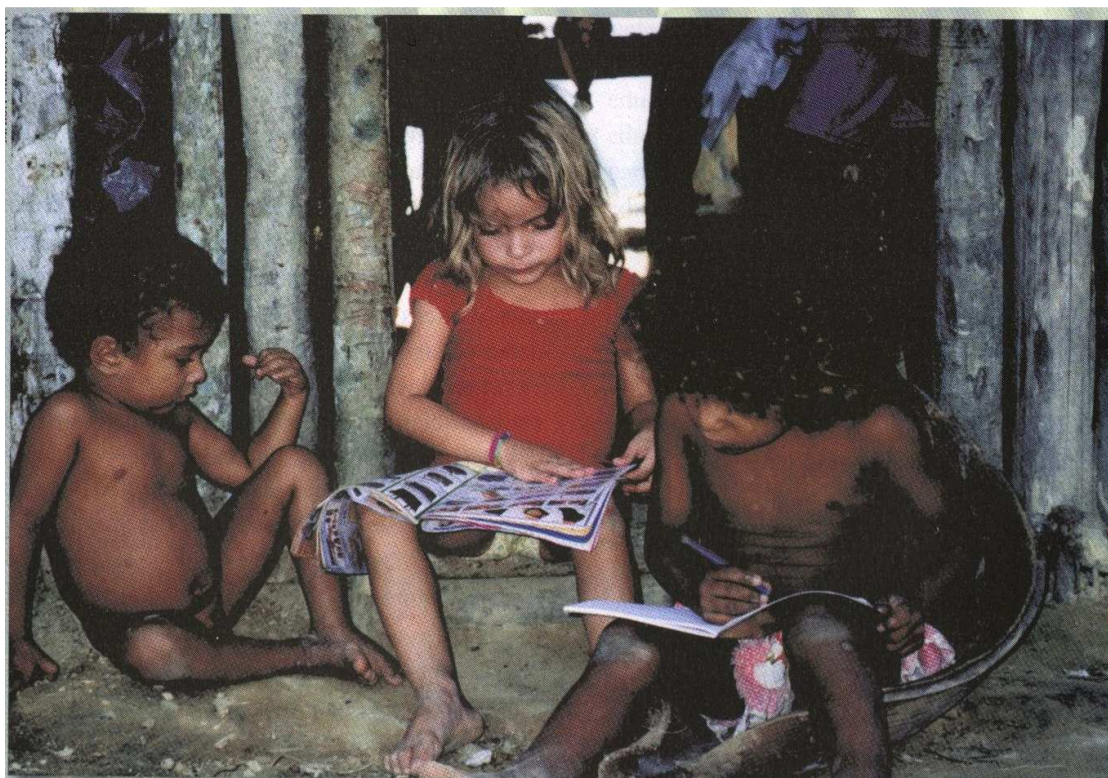


Foto: Maísa Mendonça.

DANIELA ALVES DA SILVA

1. “Pra soletrar a liberdade” (Zé Pinto). Arte em Movimento: I Oficina Nacional dos Músicos do MST

DANIELA ALVES DA SILVA

**“Pra soletrar a liberdade
na cartilha do ABC”:
o MST vincula educação
à questão agrária como
uma das condições necessárias
para a transformação social.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para Obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof^a MS. Sheille Soares de Freitas.

Uberlândia, Março de 2005.

Ficha Catalográfica:

Silva, Daniela Alves – 1976.

“Pra soletrar a Liberdade na Cartilha do ABC:” o MST vincula educação à questão agrária como uma das condições necessárias para a transformação social.

Daniela Alves da Silva – Uberlândia, 2005

Fls: 74

Orientador(a): Prof^a MS. Sheille Soares de Freitas

Monografia (Bacharelado) Universidade Federal de Uberlândia, CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.

Inclui Bibliografia.

Palavras Chave: **EDUCAÇÃO, MOVIMENTO SOCIAL, REFORMA AGRÁRIA.**

DANIELA ALVES DA SILVA

**“PARA SOLETRAR A LIBERDADE NA CARTILHA DO ABC:”
O MST VINCULA EDUCAÇÃO À QUESTÃO AGRÁRIA COMO
UMA DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a MS. Sheille Soares de Freitas – (Orientadora) - UFU

Prof^a MS. Máucia Vieira dos Reis - UFU

Prof^a MS. Luciana Lílian de Miranda - UFU

Dedico este trabalho à minha origem:
Gaspar da Silva e
Maria Regina Alves da Silva,

E à minha continuidade:
José de Carvalho Neto.

AGRADECIMENTOS:

Ao meu filhinho, José Neto, que me mostrou o quanto vale a pena viver e o que é amor verdadeiro. Com apenas quatro anos, ele me ensinou muito, com toda sua energia, buscando compreender seu mundinho... Ah! Como esse “pedacinho de gente” nos transforma, nos fortalece. Razão da minha vida!

À minha mãe, Regina, que muitas vezes dividiu comigo a tarefa de educar meu filhinho para que eu pudesse trabalhar e estudar; obrigada! Exemplo de mulher forte, dedicada à família, sempre foi meu porto seguro, onde encontrei apoio incondicionalmente, diante dos meus erros e acertos... Com ela ao meu lado tudo parece mais fácil.....

Ao meu pai, Gaspar (in memorian), que me educou com tanto amor e a quem devo tudo. Não foi possível compartilhar com ele esse momento, mas sei o quanto lutou pra continuar aqui, mas Deus o quis ao seu lado. Ficou uma saudade imensa, que aumenta a cada dia. Como é difícil pra quem fica! Mas sua presença é constante, o seu exemplo de força e superação, minha referência. A ti dedico o meu amor eterno...

Ao meu irmão, Júnior, que eu amo tanto, agradeço pelas palavras de amizade, pela torcida! Lute sempre, supere os desafios com dignidade! Assim nossos pais nos ensinaram.

Aos sujeitos do movimento dos sem terra que permitiram a condução dessa pesquisa; obrigada.

À todos, que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, que para mim é a realização de um grande sonho. Obrigada!

“Se nada ficar destas
páginas, algo, pelo menos,
esperamos que permaneça:
nossa confiança no povo.
Nossa fé nos homens e na
criação de um mundo em
que seja menos difícil amar.”
Paulo Freire.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1. Movimento Social e Educação.....	14
1.1. A educação enquanto estratégia política.....	18
1.2. Em busca da democratização do ensino	23
1.3. Princípios da educação no MST.....	26
Capítulo 2. A disciplina e a mística: dois mecanismos de luta do movimento.....	32
2.1. Educação e mudança social.....	39
2.2. O desafio de continuar a luta, que vai tomando novas formas de articulação.....	44
2.3. Recuperar a função social da escola: um desafio para o MST.....	55
Considerações Finais	69
Referências Bibliográficas.....	72

Lista de Figuras.

Figura 1 – A importância da obra de Paulo Freire.....	22
Figura 2 – A pedagogia de Paulo Freire na prática.....	28
Figura 3 – A CPT e a Teologia da libertação.....	35
Figura 4 – Acampamento da Encruzilhada: A cruz enquanto símbolo da luta.....	36
Figura 5 – Massacre Eldorado dos Carajás	39
Figura 6 – Acampamento de Reforma Agrária.....	44
Figura 7 – Casamento em Acampamento de Reforma Agrária.....	46
Figura 8 – Forno de barro – Símbolo de protesto construído na Assembleia Legislativa de São Paulo.....	49
Figura 9 – Imagem de trabalhadores em conversa informal – Acampamento Eldorado dos Carajás.....	52
Figura 10 – Escola de Acampamento.....	60
Figura 11 – Escola de Ensino Fundamental em Assentamento de MG.....	60
Figura 12 – Textos do Calendário Histórico do MST.....	63

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a luta do MST em torno da educação e seu trabalho pela construção de um novo paradigma educacional, voltado para a realidade rural.

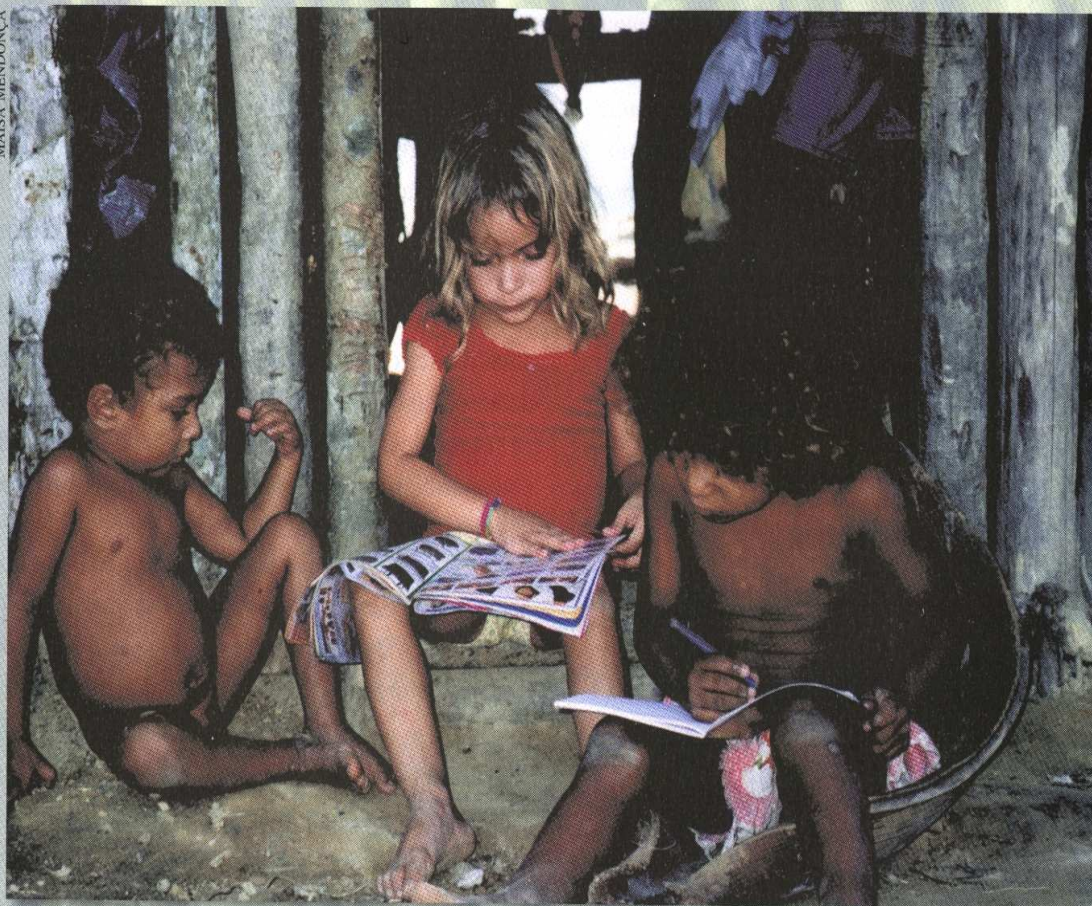
Buscou-se compreender melhor as relações produzidas pelo MST, discutindo-se alguns de seus pressupostos ideológicos, levando-se em conta a sua mística e sua visão de que a reforma agrária e a educação são instrumentos indissociáveis e fundamentais para libertar a classe trabalhadora da exploração a que está submetida, buscando formar sujeitos críticos, históricos e seguros dos direitos pelos quais lutam.

Nesta perspectiva, a escola é mais um dos lugares onde nos educamos. A educação é um conjunto de processos formadores que passam pelo trabalho, pela família, pelo movimento social, pela vivência cotidiana.

A construção de uma identidade coletiva, presente no processo educativo do MST, situa a educação como um processo de transformação humana de emancipação, que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por uma sociedade mais justa e igualitária.

O MST propõe, através de seu projeto pedagógico, a vinculação da educação com as grandes questões humanas, como cidadania, esperança, justiça, cooperação, partindo das práticas já existentes e projetando novas possibilidades.

Proponho-me a analisar e refletir esse projeto abordando seus conflitos, crenças e influências no meio educacional.



“Povoando dramaticamente esta paisagem e esta realidade social e econômica, vagando entre o sonho e o desespero existem 4.800.000 famílias de rurais sem terras. A terra está ali, diante dos olhos e dos braços, uma imensa metade de um país imenso, mas aquela gente (quantas pessoas ao todo? 15 milhões? mais ainda?) não pode lá entrar para trabalhar, para viver com a dignidade simples que só o trabalho pode conferir, porque os voracíssimos descendentes daqueles homens que haviam dito: ‘Esta terra é minha’, e encontraram semelhantes seus bastante ingênuos para acreditar que era suficiente tê-lo dito, esses rodearam a terra de leis que os protegem, de polícias que os guardam, de governos que os representam e defendem, de pistoleiros pagos para matar.”

JOSÉ SARAMAGO

INTRODUÇÃO

Tenho como objetivo nesta pesquisa, buscar a compreensão do papel da educação na sociedade contemporânea, priorizando a proposta pedagógica dos movimentos de luta pela terra, centralizando o MST como objetivo de estudo, com o intuito de perceber como se procede a prática da educação neste meio, pontuada como uma educação questionadora, engajada, politicamente comprometida com as questões do país.

Entre os movimentos sociais surgidos recentemente no Brasil, não há dúvidas que o MST ocupa um lugar de destaque junto à opinião pública, sendo tratado por muitos, inclusive na comunidade acadêmica, como um movimento social que inovou e reacendeu a luta político-revolucionária no país, além de promover um projeto alternativo de ensino.

Tal fato justifica esta investigação, cuja proposta é compreender a luta do MST pelo viés da educação e o seu trabalho pelo desenvolvimento de um “novo modelo de homem”, que se dá através da “disciplina revolucionária”, num processo por eles denominado de mística.

A disciplina do MST está inserida na complexidade da disputa social que existe na sociedade, pois o alcance dos objetivos que o MST propõe depende de um enfrentamento de grupos, seja com latifundiários, seja com a burguesia, seja com o governo².

A mística dentro de uma organização social como o MST, tem um papel fundamental: “alimentar nossos ideais e sonhos, construir de forma prazerosa e feliz, nossas relações sociais e atividades militantes³.”

Com objetivos claros e direcionados, a mística é sempre marcada pela autopia, pela capacidade de criar, à partir da realidade, novos sonhos, perspectivas de um futuro melhor, projetos e modelos alternativos, como é o caso da educação.

A problemática da educação ganha a importância no discurso do movimento a partir do momento em que o MST coloca como fundamental o rompimento de três grandes cercas: **“a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância⁴”**.

² Construindo o Caminho, Publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST- Edição: Julho 2001-p.223.

³ Idem –p.221.

⁴ MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST – São Paulo: Expressão popular, 2001. p.239.

Nesta perspectiva, a educação se torna imprescindível para fortalecer os vínculos entre o movimento e seus integrantes, fundindo princípios, valores, interesses e objetivos numa proposta de transformação de sociedade através da construção de um projeto popular para o campo, que visa a formação de uma nova sociedade: **a socialista**.

A proposta desta pesquisa é de investigar a possível existência de uma finalidade política, além de social, no trabalho educativo do MST. O movimento sabe para onde vai e sabe o sujeito que precisa formar. A análise deste tema parte justamente desse problema: se há uma intencionalidade política no projeto de educação do MST. É nesta perspectiva que pretendo conduzir esta pesquisa.

O projeto pedagógico do movimento é bastante eclético e não se enquadra a nenhum modelo pedagógico tradicional e a educação é vista, nessa perspectiva, como arma na luta contra a opressão, onde o projeto é alfabetizar construindo dignidade e liberdade, ampliando o conhecimento para fazer transformação.

O MST compreende que educação dos sem terra, acampados e assentados, bem como de todos os sujeitos, está na esfera dos direitos humanos, uma forma de avançar na conquista da cidadania, onde argumenta:

“superar o analfabetismo na base do MST tornou-se um desafio para a organização. Tornou-se um dever para todos os sem terra assentados e acampados. Precisamos dominar o conhecimento que foi forjado ao longo dos anos, por todos os homens e mulheres que nos antecederam e que é patrimônio de todos e não apenas dos “comedores de livros”, privilegiados, que não foram expulsos da escola por essa sociedade excludente.”⁵

Também está em questão a necessidade de contrapor o círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar ou estudar para sair do campo. O movimento afirma, com uma articulação por uma educação do campo, que é preciso estudar, para viver no campo.

Isso garante a continuidade da luta, que exige conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias, quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social do país.

⁵ Caderno de Educação nº 3: Alfabetização de Jovem e Adultos. Coletivo Nacional de Educação do MST, São Paulo, Junho de 2000, p.5.

Segundo o discurso do MST, “para quem se considera sem-terra na base, na militância, saber ler, escrever e fazer conta no papel se torna um dever⁶”. Nesse sentido, eles afirmam: -“ninguém tem o direito de dificultar o avanço da organização e da luta porque tem dificuldades com os códigos. Toda base do MST precisa ser alfabetizada e esta é uma das condições para o avanço da organização, pois facilita. O MST tem a intenção de alfabetizar toda a sua base social e isto só será possível se construir uma cultura de alfabetização em sua base: para quem assume ser do MST, se alfabetizar é um dever; se humanizar é um dever⁷”.

Diante disso, tenho uma grande preocupação ao conduzir esta pesquisa: não tomar o discurso como prática. Não acho correto, no que se refere à condução de um trabalho acadêmico, que o historiador abrace o herói, o militante do MST e o eleja como sublime, pois estaria, assim, perdendo o seu poder de crítica, tendo em vista as diversas contradições presentes entre o discurso e prática do movimento, o que seria um positivismo às avessas.

Adotarei como metodologia nesta pesquisa, a busca de teorias e práticas em torno deste recorte historiográfico, buscando evidências, vendo como os lugares de luta movimentam uma quantidade considerável de estratégias, imagens, metáforas e vocabulário próprios, dando ênfase à região de Uberlândia, em alguns momentos, mas fazendo uma análise dessa estrutura à nível nacional.

Procurarei diversificar as fontes, com o intuito de mostrar as diversas nuances, toda a polêmica que o tema desencadeia, utilizando-me de imagens, mídia, literatura do movimento e também valorizando a oralidade enquanto documento histórico, com o objetivo de resgatar a trajetória de homens, mulheres e crianças envolvidos nessa luta.

Buscarei uma análise sobre a questão agrária a nível nacional, mas também fazendo reflexões e constatações sobre essa estrutura a nível local e regional.

Em suma, meu objetivo é tentar compreender melhor a realidade brasileira através do estudo das relações produzidas por esse movimento, analisando a prática educativa e formativa dos trabalhadores organizados no MST, partindo de um recorte cronológico que vai de 1984, período de consolidação da sigla até o presente momento.

⁶ Caderno de Educação nº 11. EJA- Educação de Jovens e Adultos. “Sempre é tempo de aprender”. Julho de 2003- p.26.

⁷ Idem.

Nesse sentido, buscarei compreender o trabalho do MST pelo desenvolvimento de um novo modelo de homem e como o sistema educacional contribui e acontece no movimento, através da construção de um possível diferencial pedagógico, voltado para a realidade rural.

“Só penso em estudar. Não quero ser explorado como meu pai, que dá um duro danado na roça só para poder comer. Meu sonho é estudar para ser professor”, diz Vilmar Rodrigues da Rosa, um menino de 16 anos, filho de família assentada no estado do Espírito Santo⁸.

Analisarei alguns pressupostos ideológicos, sobretudo a mística, considerada pelo movimento como um dos mais importantes instrumentos para a manutenção do fervor na luta em defesa de seus ideais, fazendo uma dentre as diversas análises possíveis de serem feitas sobre o tema, buscando compreender a problemática da concentração de terras no Brasil pelo viés cultural e educacional e que interferências advém daí para o modo de vida das pessoas que participam do movimento.

Não é possível trabalhar com história social sem mencionar a grande contribuição das obras de Thompson⁹, que lutou por uma história que buscasse o “fazer-se dos sujeitos históricos em sua prática social e para quem a experiência social era a mais rica das possibilidades históricas de investigação”.

Não há dúvida de que ao lidar com a categoria “cultura”, em todo o conjunto de sua obra, mais especialmente na “Formação da Classe Operária Inglesa”, Thompson propõe uma outra maneira de buscar e de investigar as experiências dos trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vida, em suas lutas diárias, nos seus hábitos, nos seus valores, formas de festejar, cantar, de transmitir suas tradições, de viver com elas ou de resistir às transformações.

Aos historiadores que nele se inspiram, Thompson lançou o desafio, de examinar as fronteiras do desconhecido, interrogando os silêncios, discutindo pressupostos teóricos sem se descuidar da necessária investigação empírica para sustentar posições.

⁸ Artigo: “Revolução na Escola” – Revista Isto É. Nº 1498- Data: 17/06/1998.

⁹ Thompson, E.P. “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987, vols 1 e 2. “A miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser”. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

“Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Um outro referencial historiográfico fundamental é a obra de Marc Bloch¹⁰ que em relação à análise histórica diz que o verdadeiro objetivo do historiador é compreender e não julgar, mostrando o fato em diferentes perspectivas.

O autor também faz referência à importância da crítica bibliográfica, onde ele diz que o documento não fala por si mesmo, ao contrário, ele é uma construção, são vestígios a serem investigados pelo historiador, que nunca terá como objeto de estudo a verdade, pronta e acabada. O acontecimento é algo construído que o historiador, em contato com suas fontes, vai reconstruir, de modo que a reflexão, é para Bloch, algo individual em torno deste trabalho.

Assim, percebo que a pesquisa deve estar aberta ao repensar, à diversidade de experiências, expectativas, buscando sempre o “avançar além dos fatos¹¹”, lidando com o humano, a sensível, o parcial.

O trabalho foi estruturado em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais, visando atingir o objetivo proposto.

No primeiro capítulo, procura-se fazer uma análise dos princípios e concepções de educação no MST, levando-se em conta sua estrutura organizacional, mas direcionando a discussão no sentido de se buscar uma análise acerca da formação do cidadão – militante, almejada pelo MST.

O segundo capítulo trata do vínculo entre o movimento social e a prática pedagógica, buscando-se compreender melhor as relações produzidas pelo MST, onde são discutidos alguns de seus pressupostos ideológicos, sobretudo a mística e a educação, enquanto instrumentos de libertação da classe trabalhadora da condição de exploração a que está submetida.

¹⁰ Bloch, Marc. “Apologia da História ou o ofício do historiador”. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

¹¹ Thompson, E.P. “Costumes em Comum”. São Paulo: Cia das Letras, 2002-p.14.

CAPÍTULO 1 – MOVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, mas também há um movimento pedagógico. Há uma série de experiências inovadoras, coladas às raízes populares, ao movimento de renovação pedagógica, que vincula educação com movimento social, propondo que desta junção se formem novos valores, nova cultura, provocando processos onde desde a criança ao adulto, novos seres humanos vão se construindo.

Nesta perspectiva, como educadores, precisamos ter sensibilidade para compreendermos essa dinâmica social, educativa e cultural, no sentido de apreendermos que novos sujeitos estão se constituindo, formando, que lideranças atuam, que relações sociais de trabalho, de propriedade, estão se estabelecendo nesse movimento dentro da dinâmica social do campo. Não podemos deixar que a discussão se limite apenas à escola, ao programa, ao currículo, à metodologia, mas sim, devemos buscar significados diferentes em torno desse processo histórico.

Numa Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, que aconteceu em Luziânia, GO, de 27 a 31 de Julho de 1998, o professor Miguel Arroyo pronunciou, em uma palestra:

- “A imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com enxada não precisa de muitas letras. Para sobreviver com uns trocados, para não levar manta na feira, não precisa de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola no campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler¹².”

Nesse sentido, o autor propõe que se rompa as barreiras do ensino instrumentalizado, voltado para o mercado, propondo a vinculação entre movimento social, educação e direitos, direitos como terra, justiça, igualdade, liberdade, trabalho, dignidade, saúde, educação...

¹² ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. “A educação básica e o movimento, social do campo”. Brasília-DF.: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n°2 – p.20.

O movimento social no campo representa, segundo ele, uma nova consciência dos direitos, onde o conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram o quanto se reconhecem como sujeitos de direitos.

Nessa discussão, tem-se um ponto que é fundamental para a compreensão desse processo: quando situamos a escola no horizonte de direitos, temos que lembrar que os direitos representam sujeitos. Sujeitos de direitos, sujeitos de história, de lutas¹³.

Nesse sentido, a reflexão em torno dos direitos que são oferecidos pela escola, o olhar dos educadores sobre os educandos têm que ser revistos, buscando-se reconhecimento da história concreta de cada educando, do coletivo, da diversidade, dos gêneros, das etnias, das idades...

Segundo Arroyo, “temos que recuperar o humanismo pedagógico que foi enterrado pela burocratização da escola; que foi enterrado pelas políticas públicas educativas. Como professores, temos, no meu entender, essa tarefa: de tirar a máscara e descobrir a pessoa que está por trás de cada criança, de cada jovem, de cada adulto, conhecer a sua história¹⁴”.

De acordo com esse discurso, a escola é mais um dos lugares onde nos educamos ou sofremos processos de exclusão.

Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. À escola, cabe interpretar esses processos educativos que acontecem fora, organizá-los através de um projeto pedagógico, que socialize o saber e a cultura historicamente produzidos e dê instrumentos científicos-técnicos para interpretar, intervir na realidade e propiciar que se formem sujeitos interventores no seu meio.

Para um melhor entendimento da questão agrária no Brasil, é importante ressaltar que nem a luta pela terra, nem os mecanismos utilizados para a conquista da mesma, são novos, ou seja, não foram iniciados pelo MST. O que aparece como novidade nesse contexto de luta pela terra, é a tentativa de se fazer uma ligação entre a questão cultural / educacional com a problemática da concentração de terras, buscando a democratização do poder político e da propriedade também na sala de aula.

¹³ Idem – p.21.

¹⁴ Ibidem – p.25.

Recordando rapidamente, podemos citar como exemplos de resistência e luta contra a política agrária do país os quilombos, Canudos, o Contestado, as Ligas Camponesas e depois um corte de 20 anos na luta pela terra, com o golpe militar de 64, onde estabeleceu-se a chamada paz de “cemitérios” no campo brasileiro, expressão bastante utilizada pelo movimento sindical para designar um período de “ausência” de manifestações no campo, ocorrido pelo fato de que os trabalhadores eram calados pelas armas da repressão política e pelas milícias armadas dos fazendeiros.

Somente no final da década de 70, sobretudo após a fundação da Pastoral da Terra em 1975 e as greves do ABC paulista, a luta ganha uma nova dimensão, resultando na fundação do MST, em 1984, depois de um longo processo.

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra, que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região sul, num momento em que se tinha um quadro extremo de concentração de terras aliado à modernização da agricultura que resultou na expulsão de milhares de trabalhadores da área rural, além de uma crise política desencadeada pela experiência desastrosa da ditadura militar.

Em sua home page¹⁵, o movimento assegura que tem por objetivo a luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária que deverá se dar à partir da implementação de uma Reforma Agrária feita sob o controle dos trabalhadores.

Para não causar impacto negativo na sociedade, o MST optou por não adotar o slogan das Ligas Camponesas e dos trabalhadores rurais da década de 60, “**Reforma Agrária na Lei ou na Marra**”, apontado para um tema mais suave e que se traduzia nas palavras: **ocupar, resistir e produzir**. Tentando envolver as pessoas dos centros urbanos, conclamava todos para a luta anunciando: “**Reforma Agrária, esta luta é nossa**”, com o intuito de evidenciar os benefícios que a Reforma Agrária traria para a sociedade como um todo, revelando-se um movimento de âmbito nacional, diferenciando-se de todos os movimentos que o antecederam e que quase sempre eram regionalizados e fragmentados.

À partir daí, torna-se imprescindível que se faça referência à alguns princípios organizativos adotados pelo MST¹⁶, que garantiram o fortalecimento do movimento à nível nacional, tais como:

¹⁵ Home page: www.mst.org.br. Acesso em 18/08/2004.

1. *“A luta de massas como única forma de avançar a luta pela reforma agrária. Essa afirmativa parece simples e óbvia, mas naqueles tempos ainda de vigência da ditadura militar, na predominância no meio sindical de métodos pelegos, a prática principal era a representação, como se esta pudesse substituir a força principal do povo em movimento. Segundo o discurso do MST, o povo só terá força para superar o latifúndio e conquistar a terra se ele mesmo lutar, se puser-se em movimento.”*

2. *“A força virá do numero de trabalhadores que se conseguir organizar. Segundo eles, a força do latifúndio e da burguesia está no seu poder econômico. A força do governo, do Estado, está na utilização das leis e das forças armadas e a força do povo, está na capacidade de juntar, organizar muita gente. E sempre levar toda a família: homens, mulheres, jovens e crianças.”*

3. *“Autonomia em relação a outras organizações. Havia uma tradição histórica nos movimentos camponeses da Europa e também da América Latina de terem sido criados pela Igreja ou partidos políticos, tornando-se dependentes doutrinária, ideológica e politicamente e tal dependência levou muitos a serem derrotados ao longo da história. Para o MST, o grande desafio era ser independente, autônomo em relação às igrejas e partidos políticos. Se constituir como um movimento social autônomo”*

4. *“Lutas à nível nacional. Os camponeses em geral têm uma tendência em manter sua luta a nível local. Para o MST, sempre que os camponeses mantiveram suas lutas apenas à nível local, foram derrotados. Até podem conseguir algumas conquistas, mas estas se transformam em pequenas vantagens corporativas e não representam avanço social ou conquista para todos os camponeses. Por isso, o movimento parte do princípio de que na luta pela Reforma Agrária seja imprescindível uma abrangência nacional. Somente assim, representará um enfrentamento com a política geral da burguesia e seu projeto.”*

Percebe-se então, à partir de uma análise do discurso do movimento e sua organicidade, que se trata de um movimento social de mobilização das massas. Nessa perspectiva, a educação se torna imprescindível para fortalecer os vínculos entre o

¹⁶ Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio. 4º Congresso Nacional-MST-Brasília(DF), 7 a 11 de Agosto de 2000 – pp. 23-26.

movimento e seus integrantes, fundindo princípios, valores, interesses e objetivos, numa proposta de transformação da sociedade através da construção de um projeto popular para o campo.

Em suma, nas entrelinhas de seu discurso, o movimento revela suas diferentes estratégias para mobilizar os militantes, e a importância crucial da linguagem classista no trabalho de engajamento político. É uma linguagem direcionada, que aponta não só a categoria, mas a classe trabalhadora em geral. É um discurso que se alarga, na perspectiva do coletivo, prega a transformação da sociedade, através da construção de uma “**sociedade sem exploradores e sem explorados**”¹⁷.

Os trabalhadores rurais sem-terra que participam do MST são identificados como sendo um SUJEITO COLETIVO, produzido nas lutas do movimento sem-terra e que na sua luta adota valores do humanismo e do socialismo enquanto referenciais ideológicos e direcionamento para sua prática política dentro da sociedade e em prol das causas do movimento.

O MST, em toda a sua trajetória, defende uma Reforma Agrária que modifique a estrutura da propriedade da terra, dando-lhe um caráter socialista, transformando o modo de produção e conseqüentemente as relações de trabalho. Esse discurso porém, torna-se contraditório na medida em que o movimento ao mesmo tempo em que defende o fim da propriedade privada das terras no campo, pregando a necessidade inexorável de uma Reforma Agrária de cunho socialista, aceita e defende a pequena propriedade rural, contribuindo para ampliar e fortalecer as relações capitalistas de produção no campo.

Apesar das contradições, não se pode negar a importância do MST na luta pela organização dos trabalhadores rurais e o seu merecido destaque, sendo o mais importante movimento popular brasileiro do final do século XX.

1.1 A educação enquanto estratégica política.

A história da educação brasileira demonstra que a escola não se comprometeu politicamente com a aprendizagem, pois o esforço dos profissionais era de organizar didáticas e metodologias que privilegiassem o conteúdo, impossibilitando reflexões sobre o que se ensina. Reforçou-se a idéia de que existem os que ensinam e os que aprendem.

¹⁷ Home Page: www.mst.org.br Acesso em 18/08/2004.

O modelo escolar implementado ao longo dos 500 anos de história, priorizou as necessidades do homem da cidade, em detrimento das necessidades do homem do campo.

É justamente contra esse modelo de educação, que o MST deseja romper, propondo e estabelecendo estratégias de desenvolvimento para o setor rural, construindo escolas que ajudem a reafirmar a identidade do homem do campo.

Para o MST, a escola rural não é e nem pode ser, uma adaptação da escola urbana, uma adaptação dos parâmetros curriculares. O homem do campo tem suas especificidades, sua cultura, seus saberes, sua memória e história.

Como já mencionado anteriormente, o MST se difere dos demais movimentos de luta pela terra, que existiram na história do Brasil, pelo fato de se constituir num movimento nacionalmente organizado e por apresentar uma proposta socialista para toda a sociedade. Essa nova sociedade, segundo o MST, deve se constituir através da formação educacional implementada pelo movimento, nas regiões de acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra. Em suma, o movimento acredita que uma educação questionadora possa levar à construção de uma sociedade diferente, à partir da qual se conquistará o sonho de uma Reforma Agrária de caráter socialista.

Coube ao Setor de Educação do MST, formalizado em 1987, pensar com criatividade as alternativas para a educação do campo, forma inovadora de ensinar crianças, jovens e adultos a escrever uma nova história da população rural e com a participação de todos, elaborar um novo projeto para a sociedade.

O MST acredita na necessidade da educação enquanto possibilidade de transformação da sociedade através de uma revolução cultural, rompendo com o mais sério entrave a ser enfrentado no sentido de transformar a realidade agrária do povo brasileiro: **o analfabetismo**.

Segundo o movimento dos sem-terra, a combinação da luta pela terra com a educação proverá a construção de um “novo homem”, e conseqüentemente, levará ao sonho revolucionário: o da sociedade socialista.

Esse “novo homem”, de que falam os membros do MST, se daria através da reeducação para o coletivo, difundindo-se a prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero, buscando-se permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos em todos os aspectos.

Segundo as palavras de João Pedro Stédile¹⁸:

“A significação do movimento transcende a própria reforma agrária, transborda da sociopolítica para a cultura, da cultura para a ética e da ética para a obra – a nova sociedade¹⁹.”

O MST, em todos os discursos de seu principal dirigente, João Pedro Stédile, reivindica uma via socialista, revolucionária para a transformação da sociedade. No entanto, há uma diversificação da luta, onde a mesma se dá nos moldes do atual sistema, “na esperança de destruí-los por dentro”, segundo as palavras de Stédile.

O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra surge na história dos movimentos populares num processo de luta contra todos os tipos de latifúndios. Tomando como parâmetro a questão educacional, o MST propõe-se a acabar com o que considera outro latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e da educação burguesa, fazendo a RA também no âmbito do saber e da cultura. Para o movimento, “lutar somente pela terra não basta. A luta pela Reforma Agrária é bem mais ampla, e implica a conquista de todos os direitos sociais que compõe o que se poderia chamar de cidadania plena. E a educação é um destes direitos, pelo qual também é preciso mobilização, organização e lutas em nosso país²⁰.”

A construção da sociedade socialista, almejada pelo MST, não acontecerá, segundo seus dirigentes, se não houver forte investimento na formação de seus militantes para que estes se tornem aptos a conduzir o processo de transformação social rumo à nova sociedade.

À partir desse entendimento, o movimento reivindica a construção de uma escola que se preocupe com a formação do cidadão-militante. Uma escola, portanto, onde se educa partindo da realidade, onde há incentivo e fortalecimento de valores como solidariedade, companheirismo, responsabilidade, amor à causa do povo.

¹⁸ Principal liderança do MST, economista, possui várias obras que tratam da questão agrária no Brasil.

¹⁹ STÉDILE. João Pedro. A questão agrária no Brasil: Atual, 1997. (Espaço e debate) p.57.

²⁰ Home page: www.mst.org.br, consulta feita em 18/08/2004.

Segundo a concepção de Paulo Freire, “a educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países no mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha²¹.”

Esta proposta almeja, portanto, que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada aos seus fins: permitir ao homem a se descobrir enquanto sujeito, transformando e estabelecendo relações, fazendo cultura, história.

Em um artigo publicado pela revista Isto É, de 17/06/98, o então Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann critica o projeto do MST para a educação: - “A fixação de modelos como estes no fundo está voltada para um projeto político, para a continuidade do movimento e não para a formação de cidadãos²²”. O ex-ministro concorda com a utilização da teoria de Paulo Freire e diz apoiar iniciativas de educação nos assentamentos, mas critica o projeto ao considerar que o MST coloca a educação no âmbito de transformação da sociedade, através da qual se pretende formar militantes e desenvolver consciências de classe e revolucionária ligadas às lutas e aos objetivos do movimento.

Neste sentido, o movimento, assim como os grandes mestres pedagogos nos quais se inspirou, em especial Paulo Freire, acredita que a educação seja o caminho para a verdadeira libertação do ser humano, num processo permanente de formação / transformação.

De acordo com as idéias de Paulo Freire, “a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade²³”. Mas a conscientização, segundo ele, não consiste em estar frente à realidade, assumido uma posição falsamente intelectual e sim, é inserção crítica do homem na história, o que implica que estes assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

²¹ FREIRE, Paulo. Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980 – 3º ed. p.25.

²² Artigo: “Revolução na escola.” MST educa um exército de 40 mil estudantes em todo o país com princípios políticos inspirados no socialismo. Revista Isto É, 17/06/98 –p.63.

²³ FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980 –3ª. ed. p.25.

A conscientização deve ser definida como atitude crítica dos homens na história, num processo contínuo, inesgotável, no qual deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil. Em suma, é a transformação permanente da realidade para a libertação dos homens.

O MST busca uma alternativa ao modelo educacional vigente, com uma proposta que vincula educação com luta, com cooperação, com participação, com reforma agrária, com opinião, com justiça, com esperança.

Assim, com o desafio de recuperar o humanismo pedagógico e enfrentar o problema histórico do analfabetismo, Paulo Freire torna-se uma referência fundamental, uma contribuição histórica para a sociedade brasileira e inspiração para a luta por uma educação inclusiva, democrática e liberadora.

Breve histórico da vida e obra de Paulo Freire²⁴.

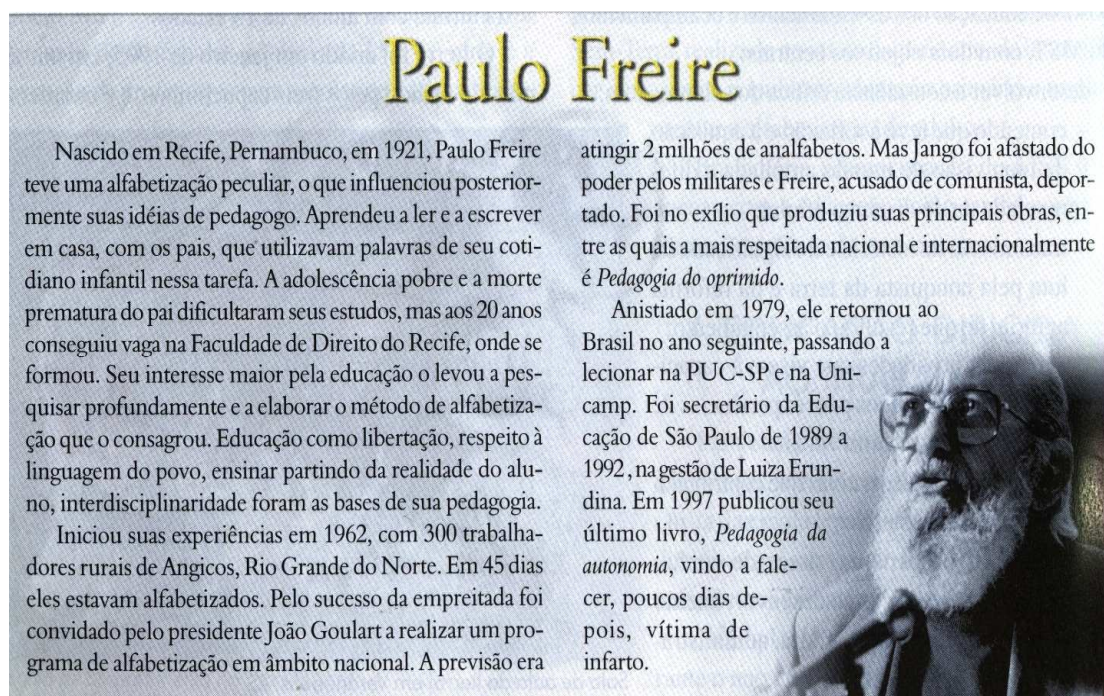


Figura 1 – A importância da obra de Paulo Freire.
Fonte: A História da luta pela terra e o MST.

²⁴ MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular 2001, p.242

1.2 Em busca da democratização do ensino

A educação é um instrumento político de dominação de classe, um elemento fundamental de persuasão ideológica, quando transformada, em função do capital, em extensão do domínio deste e de aumento de sua exploração sobre o trabalho.

Neste aspecto, o modelo econômico neoliberal, traz para a educação valores como o individualismo, a promoção pessoal, a ascensão social mediante esforço próprio, a necessidade de estudar para ocupar uma posição “melhor”.

Assim, confirma-se a TEORIA DO ESTADO MÍNIMO, onde todas as funções e garantias que antes cabiam ao estado, são transferidas para a esfera do “individualismo”. Portanto, o fracasso pessoal, proveniente da falta de assistência mínima do Estado no que se refere aos serviços essenciais como: saúde, moradia e educação, por exemplo, são tidos como responsabilidade do indivíduo e não do Estado.

De acordo com esse discurso, através do estudo, os que são mais capazes chegam aos postos mais importantes e os que “não querem estudar”, ficam relegados às tarefas que a sociedade valoriza menos: o trabalho manual, tido como uma ocupação inferior.

Nesse sentido, cria-se uma polêmica em torno da proposta de educação do MST, que muitas vezes é tratada pela mídia como manobra política, como forma de doutrinação das massas através da inserção de conteúdo ideológico no ensino: “o método não pode servir de escudo para a transmissão de valores políticos, espelhando-se em modelos anacrônicos de doutrinação²⁵.”

A questão é que, mesmo diante das contradições presentes em seu discurso e prática, não se pode negar a importância do trabalho desenvolvido pelo MST no campo da educação, visto que este setor consegue atingir grande número de analfabetos, que jamais teriam oportunidade de acesso à escola no meio rural se não fosse sua participação nas fileiras do MST.

²⁵ Artigo: “Revolução na Escola” – Revista Isto É. N°1498 – Data: 17/06/1998.

Arma de duplo alcance para os sem-terra e os assentados, a educação tornou-se prioridade no movimento. Nas palavras de um militante, “foi como descobrir uma mina de ouro” (...) “uma pedagogia a ser criada, milhares de analfabetos a serem alfabetizados, um número de crianças sem fim pedindo para conhecer as letras, ler o mundo²⁶...”

Essa preocupação abrange obviamente os acampamentos. Ao fazer uma ocupação, o MST inclui nos planos um projeto pedagógico, para atender as crianças e também os adultos. Os pais ficam mais estimulados pela certeza de que seus filhos terão onde estudar, material escolar, merenda, enfim, estarão incluídos num projeto educacional que foram excluídos numa situação anterior, sobretudo do sistema educacional vigente.

Segundo ARROYO: 1999, “temos que acabar com essa naturalização do problema do analfabetismo: “erradicar o analfabetismo”. Dá a impressão que é uma erva daninha, que nasceu no quintal do país. Esta erva não nasceu, ela foi plantada. Alguém plantou, alguém semeou e alguém faz questão que ela não murche²⁷.”

A educação está ligada à uma estrutura historicamente excludente, mas não é suficiente denunciar tudo isso sem que se faça uma revisão de nossa pedagogia, da estrutura e cultura escolar excludente e seletiva que vigora em nosso país, não só no campo, como também nas cidades.

A educação nos moldes da sociedade burguesa, se limita a reproduzir a desigualdade de oportunidades e a fortalecer os valores burgueses. Por isso, “não se pode fazer uma mudança profunda na escola enquanto não se faça uma mudança social também profunda, que proponha novos ideais comunitários e pessoais com uma nova maneira de ver a realidade e a História e que valorize de forma diferente a educação do povo e a cultura popular²⁸”.

²⁶ MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001-p.239.

²⁷ ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. “A educação básica e o movimento social do campo. Brasília-DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999, p.50.

²⁸ NIDELCOFF, Maria Teresa. “Uma escola para o povo”. São Paulo: Brasiliense, 1983-17edição, p.19

Em suma, a escola tradicional tão criticada pelo MST, é, segundo o movimento, parte do projeto político da classe dominante e necessariamente expressa sua ideologia, considerando seus próprios hábitos, modalidades e valores como “cultos”, desprezando como “inculto” tudo aquilo que não se ajusta a esses paradigmas, além de promover a chamada “seleção natural” no âmbito educacional, a qual determina os mais aptos ao sucesso e condena ao fracasso aqueles que não se enquadram à essa proposta educacional.

Partindo do princípio de que a escola assume um posicionamento político favorável à classe dominante e todo o seu aparato ideológico, segundo Maria Teresa Nidelcoff²⁹, “um indivíduo é aceito e tem êxito na estrutura escolar na medida em que vai assimilando a cultura burguesa. Do contrário, alguém que se vê rejeitado em sua linguagem, em seus costumes, em sua expressão, sente-se diminuído, inferior, visto que a imagem que os outros tem da gente é fundamental na formação da imagem que se tem da gente mesmo³⁰.”

Nessa análise, considera-se que a educação necessita extrapolar posições reducionistas e extremadas dos dias atuais, revelando-se à partir do confronto de saberes, caracterizado por dois pólos fundamentais: o saber escolar, construído como patrimônio cultural da humanidade e o saber popular, construído pelos sujeitos do processo escolar, com as histórias dos grupos a que pertencem.

Partindo desses princípios, o MST argumenta:

“- A prioridade do MST é apagar a imagem do caipira – analfabeto que se tem do trabalhador rural e propiciar a formação de cidadãos completos³¹”.

Ou seja, não mais a escolaridade como passaporte para a cidade, mas sim, como instrumento de capacitação para que os trabalhadores permaneçam no campo e contribuam ali para uma vida mais digna.

O MST luta pelo direito à educação básica e pela construção de uma escola, de uma pedagogia e de metodologias e práticas educativas adequadas à realidade do meio rural se inspirando na obra dos grandes mestres pedagogos que viam na educação um caminho da verdadeira libertação da pessoa humana, em especial Paulo Freire, José Martí e Anton Makarenko.

²⁹ Idem – p.45.

³⁰ Ibidem – p.47.

³¹ Home page: www.mst.org.br. Acesso em 20/08/2004.

O modelo escolar implementado no país, não foi capaz de se adequar às diversas contradições existentes, especificidades, principalmente no que se refere ao âmbito do rural e do urbano.

Nesse aspecto, pensar a educação para os movimentos que defendem a Reforma Agrária significa estabelecer estratégias de desenvolvimento do setor rural, construindo escolas que ajudem a reafirmar a identidade dos sujeitos do campo, estabelecendo-se uma ligação fundamental entre os saberes curriculares e a experiência social que os alunos têm como indivíduos.

Busca-se a democratização do ensino, mas não de um ensino qualquer. O MST reivindica do Estado que a escola pública do meio rural seja pensada e organizada para o trabalho no campo, dando a mesma ênfase para o trabalho manual e o trabalho intelectual, rompendo assim com a dicotomia social do trabalho intelectual para uma classe e o trabalho braçal para outra.

1.3 Princípios da Educação no MST.

Com 20 anos de atuação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra sempre colocou a educação entre suas prioridades, investindo continuamente na alfabetização e na formação escolar de crianças, jovens e adultos, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos.

Ao longo dessas duas décadas, o MST conquistou o seguinte resultado: 160 mil crianças matriculadas nas turmas de 1^a. a 4^a. séries nas 1800 escolas públicas dos assentamentos. São cerca de 3900 educadores pagos pelos municípios aplicando metodologia pedagógica específica para as escolas do campo. Em parceria com a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – e mais de 50 universidades, o MST desenvolve programa de alfabetização para aproximadamente 30 mil jovens e adultos residentes nos assentamentos de reforma agrária espalhados em 27 estados brasileiros³².

³² Dados extraídos da Revista Sem-Terra – Ano V – Nº 20 – Julho/Setembro, 2003 – p.46-47.

Para aprimorar e sistematizar as atividades desenvolvidas nos assentamentos, foram criados, também, cursos técnicos de Administração de Assentamentos e Cooperativas, primeiro no Brasil, que equivalem ao ensino médio e são reconhecidos pelo MEC – Ministério da Educação. Em 2001 teve início o curso técnico de Enfermagem e em 2002 o curso de Comunicação Social, em nível médio, para militantes do MST.

Há ainda, o programa de Educação Ambiental voltado para as lideranças, professores e técnicos de áreas de assentamentos, que conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. Ele acontece na Escola Técnica Josué de Castro, em Veranópolis (RS).

Em conjunto com o fotógrafo Sebastião Salgado, o movimento está construindo a Escola Técnica de Meio Ambiente, na cidade de Aymorés (MG). Também está sendo edificada a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP), pelo sistema de mutirão, com mão-de-obra voluntária de milhares de sem-terra, que futuramente será transformada numa Universidade Popular.

Dentre os órgãos de formação do MST, destaca-se o ITERRA. (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da R. A), através do qual o MST desenvolve seu trabalho educacional e formativo, objetivando ampliar a capacidade de produção, industrialização e comercialização dos produtos dos trabalhadores sem-terra.

O movimento desenvolve, ainda, o curso de formação de educadores, através de um curso de Magistério com atividades continuadas, que visa formar professores para as regiões onde o MST atua e/ou criar condições para a organização do setor educacional.

O MST conta, no seu trabalho educacional, com a produção de materiais pedagógicos, como os Boletins da Educação, os Cadernos de Educação e Fazendo História, além de materiais produzidos à partir das atividades desenvolvidas pelos próprios educadores.

“A língua é um sistema de signos que exprime idéias, valores, nomeia os homens³³”...

Este material foi cedido pelo ex-militante do MST, o “Che”, ligado ao setor de Educação do movimento embora atualmente esteja afastado do MST em razão de sua aproximação política com o PSTU, que resultou inclusive à sua candidatura à vice-prefeito nas eleições de 2004 em Uberlândia pelo partido.

³³ Material produzido pelos educadores do MST. Segue em anexo p.28.

Figura 2: Material produzido pelos Educadores do MST, utilização do método de Paulo Freire à partir de elementos presentes no cotidiano dos educandos como forma de facilitar o aprendizado.

É uma atividade desenvolvida pelos próprios educadores do MST, através da utilização de símbolos familiares, presentes no cotidiano dos educandos, no intuito de facilitar a aprendizagem, sem perder de vista a discussão de temas ligados à realidade dos educandos.

Em consulta ao site do MST na Internet, temos acesso à alguns princípios filosóficos e pedagógicos defendidos pelo movimento e que revelam seus objetivos e estratégias no que se refere à educação³⁴.

Princípios Filosóficos da Educação no MST.

- 1 – Educação para a transformação social.
- 2 – Educação aberta para o mundo, aberta para o novo.
- 3 – Educação para o trabalho e a cooperação.
- 4 – Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.
- 5 – Educação como processo permanente de formação / transformação humana.

Princípios Pedagógicos da Educação no MST:

- 1 – Relação permanente entre a prática e a teoria.
- 2 – Combinação metodológica entre processos de ensino / capacitação.
- 3 – A realidade como base da produção do conhecimento.
- 4 – Conteúdos formativos socialmente úteis.
- 5 – Educação para o trabalho e pelo trabalho.
- 6 – Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.
- 7 – Vínculo orgânico entre processos educativos e processos produtivos.
- 8 – Vínculo orgânico entre educação e cultura.

A discussão acerca dos princípios educativos do MST revela a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na conjuntura atual do país, onde a educação não é acessível a todos, principalmente no meio rural onde diversos agravantes tornam o índice de analfabetismo cada vez maior.

³⁴ Site MST: www.mst.org.br/setores/educacao - p.1-3. consulta feita em 25/09/2004.

Com a luta pela implementação de sua proposta pedagógica, o MST acredita estar contribuindo de forma a eliminar alguns males do ensino brasileiro, estabelecendo estratégias para o desenvolvimento do setor rural, o que diminuiria o êxodo no mesmo, além da construção de escolas que ajudem a reafirmar a identidade dos sujeitos do campo, contribuindo para a formação de sujeitos de luta, conscientes e comprometidos, homens que assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

“...o analfabeto não é uma pessoa que vive à margem da sociedade, um homem marginal, mas apenas um representante dos extratos dominados da sociedade, em oposição consciente àqueles que, no interior da estrutura, tratam - no como uma coisa(...), não há outro caminho para a humanização – a sua própria e a dos outros -, a não ser uma autêntica transformação da estrutura desumanizante³⁵.”

Faço referência constantemente às obras de Paulo Freire, por ser um pensador comprometido com a realidade brasileira, onde através de seu projeto de libertação dos camponeses analfabetos, abriu caminho para numerosas e diversificadas linhas de investigação.

Vale ressaltar também a importância de Paulo Freire para o MST, que influenciado por suas idéias, fez uma adaptação e trouxe para dentro do movimento um método de cultura popular que conscientiza a politiza. Em resumo, o que Paulo Freire defende é “a educação como prática da liberdade”, a “pedagogia do oprimido”, ideais defendidos e apropriados pelo MST, enquanto estratégia de luta, através da chamada educação de classe. O movimento acredita que é possível a implementação de uma educação voltada para o trabalhador rural, uma prática libertadora, desde que parta da sua realidade e que haja empenho de seus membros, sobretudo professores, pais e estudantes que vivem nos acampamentos e assentamentos.

Partindo do princípio de que é necessário construir uma “cultura proletária”, a mesma deve funcionar como estratégia na luta contra a ideologia das classes dominantes, onde à partir dela, o trabalhador conseguiria discernir o que lhe é benefício daquilo que vai contra os seus interesses. A questão é que no movimento isso é contraditório, visto que essa consciência coletiva nem sempre é notada, o que pode ser constatado em entrevistas feitas em visita a um acampamento do MST na região do Triângulo Mineiro, situado à 32Km de Uberlândia, no sentido do Prata, batizado pelos

³⁵ FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da Liberação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.- 3ª. edição, p.75.

integrantes de “Eldorado dos Carajás”, atualmente com 34 famílias acampadas.

Perguntei a um acampado, cujo nome é Paulo César Rodrigues, 25 anos, natural de Uberaba-MG, integrante do movimento a 2 anos e 4 meses, o que ele pensa sobre a política do MST e ele respondeu:

“O movimento está bem errado com essas invasões. Não adianta nada fazer invasão se o governo não resolve nada. Só faz as famílias ficarem cativas no campo, sofrendo. Tem que assentar as famílias já acampadas e depois tomar outro rumo. Depois de assentado eu quero mecher com pé de pimenta. Quero estudar uma lógica para gerar emprego e renda pra mim. Quero cuidar da minha vida, pois se eu for continuar a luta eu não vou dar conta de cuidar do meu chão³⁶”.

Percebe-se que a teoria não se faz valer coerentemente na prática, visto que integrantes do movimento, em algumas circunstâncias têm uma “consciência individualista”, o que fere os princípios socialistas defendidos veementemente pelo MST.

Mas deve-se levar em conta o contexto em que este acampado está inserido, vivendo um período de desânimo diante da falta de posicionamento político do governo e do próprio movimento.

Não se pode chegar a conclusões prematuras diante de um depoimento desse tipo, marcado por emoções e sentimentos, talvez momentâneos, embora contrários à ideologia proposta pelo movimento.

Vale lembrar que o MST em seu discurso sobre a formação de um novo homem, alerta que a construção de militantes disciplinados é um longo e permanente processo, de disciplina, de conscientização e de subordinação das vontades pessoais aos objetivos sociais.

³⁶ Entrevista concedida à autora, numa visita ao acampamento Eldorado dos Carajás em Abril de 2004. Paulo César Rodrigues, de 25 anos, se ingressou no MST através de uma frente de massa, trabalho realizado pelo movimento para formar grupos para as ocupações. Ele morava na periferia de Uberaba e ingressou no movimento a 2 anos e 4 meses. Atualmente está no Acampamento Eldorado dos Carajás, à 32 Km de Uberlândia.

CAPÍTULO 2 – A disciplina e a mística: dois mecanismos de luta do movimento.

Obviamente que não se pode generalizar sem levar em consideração que o movimento se dispõe de mecanismos de luta, os quais podemos citar a disciplina e a mística, instrumentos para a manutenção da ordem e do fervor dentro do movimento, na busca da formação dos cidadãos, militantes, que lutem em prol das necessidades revolucionárias de um movimento que deseja ser vanguarda na luta revolucionária do país.

Essa disciplina revolucionária é, portanto, a condição necessária para a continuidade da luta frente a todos que se posicionam contra e buscam quebrar a resistência do movimento. A mística constitui-se, então, num importante elemento de formação, que mantém viva a esperança de um povo em busca de novas alternativas, uma nova realidade, novos projetos de história, que na maioria das vezes, se dá de uma forma utópica.

“A mística não é apenas a alma do sujeito coletivo sem-terra e da identidade do MST, que se revela como uma paixão contagiante, que nos ajuda a sacudir a poeira e dar a volta por cima, que nos coloca a caminho e nos encoraja a vencer obstáculos(...)

A mística é também um dos mais densos momentos de formação humana: ela cola o conhecimento à emoção, através da cultura. Nela expressamos vivências, conteúdos humanos fundamentais, através da poesia, do teatro, da música, do canto, da dança, dos gestos, dos símbolos do MST, das ferramentas de trabalho, dos elementos da natureza, do resgate da memória das lutas e dos grandes lutadores e lutadoras da humanidade.

A mística irriga, pela paixão, a razão, alimenta os valores humanistas e socialistas e nos faz sentir que somos membros de uma grande família: somos Sem-Terra³⁷.”

Por que um sem-terra continua a luta apesar dos sacrifícios? “(...) Só uma mística forte leva a lutar por algo mais que objetivos imediatos e dá força e sentido para lutar apesar das derrotas, aprender com elas e tornar-se mais forte para conseguir vitórias”³⁸.

O MST foi muito criticado por setores de esquerda que achavam que a mística, por estar ligada ao idealismo, caracterizava o movimento como um movimento não de esquerda, mas religioso.

³⁷ Caderno de Educação nº11. “EJA – Sempre é tempo de aprender – Julho – 2003 – p.44.

³⁸ Frei Sérgio Gorgen. “A Resistência dos Pequenos Gigantes”. RJ, 1998. p.40.

É importante destacar que a mística é uma palavra que tem origem na religião, mas que em sua essência, são diferentes formas de motivação, um instrumento de luta que alimenta a esperança de se alcançar um sonho, um ideal, à partir de valores éticos, políticos e religiosos. Nesse sentido, “os símbolos desempenham o papel de guias que, no caminhar, representam a razão de todo o esforço coletivo³⁹”.

Pode-se ressaltar como uma das vertentes da mística no MST, a música, que está presente em todas as atividades. Existem músicas para festas religiosas, para o trabalho, para enfrentar a repressão, enfim, ao mesmo tempo em que a música leva alegria, também cria a unidade política porque as pessoas se identificam com as letras, através de seus símbolos e mensagens.

Há momentos de tensão que são acompanhados de músicas. “Para enfrentar a repressão, canta-se muito e para festejar as vitórias, canta-se e dança-se por horas e horas⁴⁰”.

Nos encontros, há momentos fortes de expressão da mística. Através de encenações, homenagens, poesias, ornamentações, demonstra-se uma grande criatividade na projeção de valores, sentimentos e na esperança da mudança.

“... cantar pois é mais que um prazer quando as vozes brotam de forças em movimento que ao som suave de belas melodias elevam foices e facões rompendo cercas, retirando morões para ver nascer o novo dia (...) (...) que a noite escura da dor e da morte passe ligeira, que o som dos nossos hinos anime nossas consciências e que a luta redima nossa pobreza, que o amanhecer nos encontre sorridentes, festejando a nossa liberdade⁴¹”.

Através da música, cria-se um forte apelo, uma chamada para a luta do movimento e a esperança de se alcançar justiça social. A música, enquanto uma das vertentes da mística no MST, incorpora às suas letras uma série de símbolos e ideologias, que tratam de temas como o cotidiano, a exclusão, relações sociais, identidade coletiva, enfim, é a arte engajada, buscando a consciência política e a transformação da sociedade.

³⁹ Construindo o caminho. MST – Edição Julho 2001-p.235.

⁴⁰ Idem – p.245.

⁴¹ Arte em movimento – “Terra Sertaneja” (Ademar Bogo) Voz: Juarez Soares.

“(...) Compadre junte ao movimento
convide a comadre
e a criançada
porque a terra só pertence
a quem traz nas mãos
os calos da enxada...”
“(...) E a luta por Reforma Agrária
a gente até para se tiver, enfim
coragem a burguesia agrária
de ensinar seus filhos
a comer capim”.⁴²

Nas letras, percebe-se a intenção do movimento em manter sua unidade política e ideológica, despertando o espírito de indignação dos sem-terra, estimulando a luta de classes, combatendo fortemente os “valores burgueses” em prol de um novo projeto político para o Brasil, que resgate a dignidade e altere a correlação de forças presentes no atual sistema.

Há um forte apelo à união, à solidariedade, à resistência e à cooperação, fatores fundamentais ao êxito da trajetória destes trabalhadores, que guiam e fortalecem os sem-terra quando acampados e devem permanecer na conduta dos assentados.

“Quando chegar na terra,
lembre-se de quem quer chegar.
Quando chegar na terra,
Lembre-se de quem tem outros passos a dar.
Quando chegar na terra,
Não está completa a sua liberdade.
Este é o primeiro passo
Que damos na busca de outra sociedade”⁴³.

Nesta canção de um dos poetas do MST, temos um forte apelo ideológico: (...) “outros passos a dar”. São dados da consciência de que há ainda um longo caminho a ser percorrido, pois só a terra não liberta.

Germinar a fé e a esperança nos acampamentos foi estratégia encontrada pelos agentes pastorais da Igreja Católica, para motivar e mobilizar os trabalhadores sem-terra a resistirem no processo de luta, encontrando na Teologia da Libertação sua base de sustentação. Os teólogos da libertação fazem uma releitura das Sagradas Escrituras da

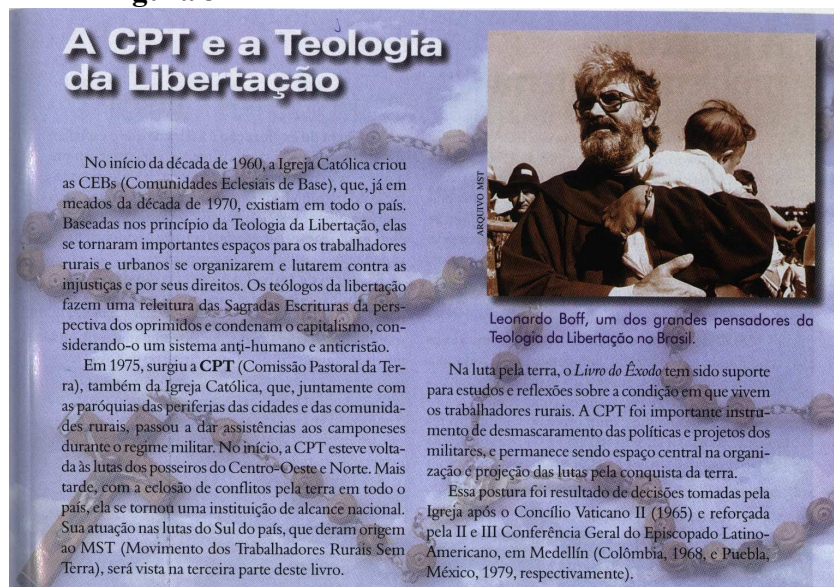
⁴² Arte em Movimento – “Assim ninguém chora mais.” (Zé Pinto) Voz: Zé Geraldo.

⁴³ Arte em movimento – Quando chegar na terra (Ademar Bogo). Voz: Fábio Paes.

⁴⁴ Mística é caracterizada pelo MST como mistério. (...)Mysterion, em grego, que provém de mûein, que quer dizer perceber o caráter escondido, não comunicado de uma realidade ou intenção.” Caderno de Educação nº27 – MST – p.p. 23-24.

perspectiva dos oprimidos e condenam o capitalismo considerando-o um sistema anti-humano e anticristão⁴⁵.

Figura 3



Fonte: A história da luta pela terra e o MST, p.105.

A CPT surge em 1975, nas paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, se tornando importante espaço de luta para os camponeses durante a ditadura militar.

Ao longo do tempo, a religião contribuiu de uma forma paradoxal no processo de luta de classes: assumindo sua face libertadora, ajudou o povo a se organizar e lutar contra a opressão, mas também justificou a dominação, escondendo a relação existente entre a riqueza de poucos e a pobreza da maioria, sacralizando uma sociedade dividida em classes, assumindo assim a sua face alienadora⁴⁶.

A devoção é uma vertente da mística presente no movimento. As práticas religiosas, cheias de ritos e símbolos, se transformam em parte da consciência dos indivíduos, além de representarem uma unidade às pessoas que se identificam com determinada religião.

Enquanto símbolo religioso, pode-se citar a Cruz da Encruzilhada Natalino⁴⁷, onde a cruz simbolizava em si mesma a fé cristã, que unia os sem-terra num momento crucial de sua luta. As escoras que lhe foram sendo postas representavam os apoios recebidos de instituições, entidades e pessoas de fora do movimento. Os lençóis usados

⁴⁵ MORISSAWA, Mitsue, A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001 – p.226.

⁴⁶ Idem, p.105.

⁴⁷ Acampamento estratégico que reuniu cerca de 3 mil pessoas em barracos que se estendiam por quase 2 quilômetros à beira da estrada (RS).

pelas crianças mortas pela fome e pelo sofrimento no acampamento eram um protesto contra as autoridades. “Fé, esperança, dor e ânimo político estavam reunidos naquela cruz”⁴⁸.

Foto: Daniel de Andrade



Figura 1: A Cruz enquanto símbolo da luta. Cada escora simbolizava um apoio recebido; os panos brancos, as crianças que morriam ali.

Fonte: A história da luta pela terra e o MST.

Outros símbolos como facão, foice, a enxada e os frutos do trabalho tornaram-se presentes no cotidiano da luta, representando a existência e a identidade dos sem-terra.

Sendo assim, nos encontros e manifestações onde o MST se faz presente, é comum a utilização de suas bandeiras e ferramentas de trabalho, simbolizando a disposição de luta de seus militantes. No início de cada reunião, normalmente, canta-se o hino do movimento, sempre com o punho esquerdo erguido, simbolizando sua oposição de esquerda na sociedade na sociedade⁴⁹.

O MST apóia-se também na Bíblia, como fator de inspiração para a luta, onde relaciona a realidade vivenciada por eles com passagens da Bíblia:

“E a gente lia a Bíblia... Quando aquela passagem do Moisés pra terra prometida... sempre a gente tinha isso na cabeça. Que um dia nós ia pra essa terra. Que Deus não deixou essa terra pra uns. Deus deixou essa terra pra todos podê sobrevivê(...) A gente fazia aquele momento de oração... punha o Zé na frente como Moisés e o Moisés levava o povo pra terra prometida (...) do jeito que tava na Bíblia, a gente fazia aquela organização” (Maria)⁵⁰.

Esta passagem bíblica do êxodo para a terra prometida representada pelos trabalhadores demonstra a crença em uma certa estratégia divina, vislumbrando assim, a

⁴⁸ Ibidem p.209.

⁴⁹ GUIMARÃES, Letícia de Castro. Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido –MG. (1989-2001). Tese Mestrado, UFU, Uberlândia, 2002. p. 82.

⁵⁰ Idem. Op. Cit. P.83.

disposição de luta contra as condições de vida precárias a que estavam submetidos no acampamento para chegarem à terra prometida, a terra da Reforma Agrária.

Segundo MICHELOTO⁵¹, pelo exercício do imaginário-religioso, os grupos refletiam sobre as duras condições que vivenciavam no cotidiano, bem como sobre a forma como desejavam que a realidade fosse mediante as comparações que faziam entre sonho e realidade desenhavam o caminho a percorrer no processo de luta.

De acordo com a análise do autor, os trabalhadores encontram no discurso profético, “um eficiente estímulo de ordem psico-social”, que tem o sentido de legitimar suas ações de resistência⁵².

Além da Bíblia, o MST se utiliza da leitura de alguns revolucionários como o cubano José Martí para refletir em torno dos ideais socialistas do movimento. É também uma prática comum na chamada mística, fazer homenagens a seus mártires, celebrar os seus mortos e todos aqueles que lutaram na história da humanidade, em defesa da classe trabalhadora, no intuito de manter viva a chama da esperança e dar continuidade à luta do MST.

Nesse sentido, um trecho, da obra de José Martí, pode representar de uma forma extremamente clara essa prática e estratégia de luta do movimento:

“muchas veces, recordar a um caído que es hombre basta para levantarlo. Se lê despiertan fuerzas dormidas: surge a la revelación: se ve em um ser nuevo, y se rehabilita se ve a si mismo y quiere ser digno de si”⁵³.”

A organização do movimento estabelece uma relação entre teoria, prática e mística e através desses elementos, o MST consegue a adesão cada vez maior de pessoas desempregadas, excluídas que vêem no movimento uma perspectiva de um futuro melhor, uma esperança de mudar a sociedade, através da utopia socialista, “onde

⁵¹ MICHELOTO, Antônio Ricardo. Catolicismo e Libertação dos setores subalternos no campo: contribuição à análise do imaginário religioso na configuração de alguns projetos e práticas populares no Brasil pós 1964. Tese Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991, p.106

⁵² Idem, p.109.

⁵³ MARTÍ, J. Obras Completas: Edición crítica. Tomo II. Colección textos martianos. Cuba: Centro de Estudios Martianos, 1985, p.118.

através da luta, da resistência, se consiga eliminar o processo de exploração do homem pelo homem⁵⁴”.

Para o MST, é considerado como formação, todo o processo que possa levar os trabalhadores rurais sem-terra a “adquirirem consciência” da realidade em que vivem e que os desperte para a luta em defesa de uma sociedade mais justa, tendo a mística como elemento fundamental nesse processo.

Por isso, tantos rituais (festas, manifestações e discursos), que dão significação à luta, à esperança, à permanência nos acampamentos, mesmo diante de situações de extrema violência.

Malditas sejam,
todas as cercas.
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por umas poucas mãos,
para ampararem cercas e bois
e fazer a terra escrava
e escravos os humanos!
D. Pedro Casaldáliga

⁵⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Construindo o Caminho. Secretaria Nacional do MST, Edição Julho de 2001, p.47.

Foto: João Roberto Ripper



Figura 04 - Massacre Eldorado dos Carajás.

Fonte: Arquivo do MST.

Data: Abril / 1996

2.1. Educação e Mudança Social

A educação no Brasil, à partir de 1950, passa a ser vista como agente de mudança social, assumindo o papel de “transformadora das sociedades”.

De acordo como PAIVA⁵⁵, percebe-se, sob o ponto de vista ideológico, a distinção entre aqueles que vêem a educação como canal de mobilidade social e aqueles que têm a visão de educação como investimento, refletindo indiretamente na sociedade em termos de crescimento econômico e tecnológico e no indivíduo em termos de melhoria de renda e ascensão social, através de uma maior qualificação para o mercado de trabalho.

Dentro deste contexto econômico, surgem os chamados “tecnocratas da educação⁵⁶”, que têm seus interesses dirigidos prioritariamente à contribuição da educação para o crescimento econômico e na maximização dos rendimentos dos investimentos na educação.

⁵⁵ PAIVA, Vanilda P. “Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

⁵⁶ Denominação dada por Vanilda P. Paiva.

Nota-se nos estudos que apresentam mobilidade social como aproximação da mudança social um grande interesse em mostrar que há democratização do ensino, refletindo um pensamento político democrático, em termos de redução das desigualdades sociais existentes na estrutura global.

No entanto, no que se refere à visão econômica da educação, é abordada principalmente a necessidade de eficiência do ensino para desenvolver as qualificações requeridas pelo sistema econômico.

Segundo estudos realizados por Schultz⁵⁷, num enfoque mais econômico da educação, com relação aos problemas da desigualdade e da mudança social, ele afirma que a desigualdade se mantém novamente, modificando-se apenas os critérios de alocação dos indivíduos.

Se nos estudos de mobilidade educacional se procura mostrar que a origem sócio-econômica como critério para aquisição de status social está sendo substituída pela escolarização, na abordagem econômica da educação procura-se mostrar que numa sociedade desenvolvida, o processo de seleção social se dá predominantemente através da qualificação, dando a idéia de que aqueles que estão nas categorias mais baixas são os não qualificados, talvez por deficiências individuais, já que na maioria das obras clássicas da área, raramente é colocado o fato de que as chances educacionais não são iguais para todas as pessoas.

Essa abordagem, leva a conclusões que fortalecem a imagem da educação como um instrumento para a manutenção dos interesses dominantes, para a reprodução das relações sociais no contexto de extremas desigualdades e injustiças.

Nesse sentido, segundo BENJAMIN⁵⁸, “a ideologia dominante é uma lógica da dissimulação, um esforço para disfarçar a divisão da sociedade em classes, apresentando-a como um todo harmônico (mesmo que estruturado hierarquicamente)”.

Para a autora, principalmente os estudos de mobilidade educacional, através da demonstração de uma abertura no sistema de estratificação social, procuram fazer acreditar que os mecanismos de classe também mudaram. E na perspectiva econômica da educação, ao mostrarem que a qualificação da força de trabalho é produtiva para o

⁵⁷ SCHULTZ, Theodore W. O valor econômico da educação: Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, pp.48-54.

⁵⁸ BENJAMIM, Fernanda Antonia Sobral. Educação e Mudança Social – São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1981, p.47.

desenvolvimento econômico do país e também para o indivíduo, também omitem a existência de conflitos e contradições, dando uma aparência integrada da sociedade.

Seguindo por este viés de análise, o que deve ser discutido é que a mobilidade social não tem o mesmo significado de sociedade sem classes. Enquanto que a mobilidade social pressupõe uma desigualdade, na medida em que permite uma flutuação de pessoas entre estratos diferenciados, a sociedade sem classes implica em igualdade.

Nesse sentido, de acordo com BENJAMIN:

“... assumimos uma posição mais cética diante da educação, considerando-a mais uma forma de dominação, um instrumento de reprodução global do sistema, tanto econômica, como social e politicamente, um mecanismo de manutenção do status quo que um agente de mudança social. Não queremos, porém, negar-lhe de todo uma função modificadora já que devido às suas possibilidades dialéticas, a educação pode ser um instrumento de conscientização dos indivíduos, sendo assim considerada um elemento criador de condições para mudanças⁵⁹.”

O que se pode verificar no decorrer desta análise é que não se pode restringir a educação apenas a um instrumento das classes que estão no poder, mas também como uma alternativa à própria realidade vigente, na medida em que for trabalhada de forma conscientizadora, buscando soluções para que se vença as desigualdades que o sistema insiste em ocultar.

Nesse contexto, temos enquanto educadores o grande desafio de lutar pela reformulação das práticas escolares, analisar e buscar soluções que superem os números vergonhosos de analfabetismo no Brasil, consequência de um desnivelamento de renda, de inúmeros problemas sociais, que se transformam num entrave para o processo educacional, acentuando cada vez mais as contradições do sistema.

Sendo assim, sem querer invalidar os estudos de estrutura de classe que denunciam as contradições da sociedade é preciso também evidenciar que a educação, além de ser um mecanismo de manutenção de status quo, pode ser também um instrumento de emancipação do indivíduo, de superação da realidade vigente, no sentido de fomentar o processo de mudança.

⁵⁹ Op : cit p.13.

É oportuno citar o empenho dos movimentos de luta pela terra mais especificamente o MST, no sentido de elaborar uma proposta pedagógica que tem como prioridade a defesa da formação político-ideológica, técnico-profissional, cultural, afetiva e moral, combinando processos de ensino, capacitação e educação popular por meio de valores humanistas e socialistas.

Compreendendo os movimentos de luta pela terra como “formas de ações coletivas alternativas aos contextos históricos-sociais nos quais estão inseridos⁶⁰”, percebemos que os movimentos têm como ponto comum a busca de caminhos alternativos para superar a situação de subordinação e exclusão a que foram submetidos, devido tanto à dinâmica da modernização conservadora brasileira quanto às dificuldades de integração econômica aos processos globais.

Ao desencadear múltiplos processos de luta e de resistência, os trabalhadores rurais elaboram suas identidades sociais, determinadas pela consciência da situação de carência e exclusão social a que foram submetidos. Os sujeitos dessas lutas sociais exprimem suas identidades por meio da afirmação como sem-terra, o que lhes dá sustentação para reivindicar junto ao Estado o direito à terra, manifestando, assim, sua oposição à estrutura agrária concentradora e ao processo de desenvolvimento que os excluem.

As identidades elaboradas pelos trabalhadores não são dadas, mas construídas. Segundo Grzybowski⁶¹, pela afirmação de suas identidades, construídas no fazer de suas lutas, numa trajetória descontínua, marcada por derrotas e vitórias, avanços e recuos, os movimentos de trabalhadores no campo constituíram-se como sujeitos sociais, ampliaram sua presença no espaço político, impondo para a sociedade o reconhecimento de sua cidadania.

Dessa forma, pode-se perceber que o processo de globalização não apagou as práticas e experiências de luta dos movimentos sociais no campo, mas possibilitou a eles uma nova roupagem. É nesse cenário turbulento de mudanças que as ações coletivas são gestadas, com o intuito de construir novos parâmetros capazes de reverter a lógica de uma modernização excludente e contraditória.

⁶⁰ SHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, p.14.

⁶¹ GRZYBOWSKI, Candido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes, 1991, p.295.

Por sua vez, a noção de memória coletiva está interligada à idéia de identidade e vice-versa. Os estudos sobre memória popular mostram que determinadas experiências e trajetórias de lutas podem colaborar para o resgate da formação de processos de identidade coletiva. Nesse sentido, a memória deixa de ser individual, passando a constituir-se como elemento de processo de construção da identidade coletiva.

Nessa perspectiva, as fontes orais constituem-se em instrumentos valiosos na investigação histórica, produzindo versões únicas da realidade social.

O artigo *Narrativas Orais na Investigação da História Social* escrito por Yara Aun Khoury traz uma grande contribuição a essa discussão, no sentido de apresentar algumas reflexões em torno do uso de narrativas orais na investigação histórica:

“...o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões do individual e do social são e estão intrinsecamente embricadas⁶².”

Nesse processo, é possível perceber, nas nuances das conversas, nos silêncios e omissões, uma pluralidade de perspectivas, tensões, temores, sonhos, além de significados culturais e políticos importantes.

Dessa forma, é fundamental que o conceito de cultura não seja reduzido apenas a significados, atitudes, valores, mas “localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos de paternalismo e da deferência.⁶³”

Temos assim, a idéia de que costume não é algo estático, sugerido pela palavra “tradição e sim, um fluxo contínuo de interesses, disputas, um conjunto de recursos utilizados em prol de reivindicações conflitantes⁶⁴”.

Portanto, segundo Thompson, “a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa de seus costumes. (...) quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendem seus interesses atuais⁶⁵”.

⁶² Artigo produzido no transcorrer das reflexões junto ao núcleo de estudo Cultura, Trabalho e Cidade e exposto no I Encontro Procad, PUC-SP, 3 a 15/05/01-p.80.

⁶³ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia de Letras, 2002, p.17.

⁶⁴ *Idem* p.18

⁶⁵ *Op. Cit.* p.20.

Nesse sentido, a identidade social de muitos trabalhadores revela também uma certa ambigüidade, identidades que se alternam. De um lado a “conformidade com o status quo”, necessária à sobrevivência, à necessidade de seguir as orientações do mercado e se sujeitar às regras impostas pela classe dominante, até mesmo na luta pela propriedade. De outro lado, a luta derivada da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhadas com os companheiros⁶⁶.

Evidentemente, não se deve estranhar o fato de haver contradições dentro do MST, afinal, o movimento não está fora da sociedade e sim, contém em seu bojo todos os valores, desvios e práticas disseminados pela ideologia dominante.

2.2. O desafio de continuar a luta.

Cada um que compõe os grupos traz seus sonhos, sua vivência, seus valores e interesses e por isso, muitas vezes há o desencontro entre o coletivo e o individual.

Decidir se vincular ao movimento às vezes é mais fácil do que permanecer nele, mesmo com a prometida acessoria (cursos, palestras, educação, etc.) os riscos e o desânimo geram dúvidas sobre o futuro...

Figura 3: Acampamento Eldorado dos Carajás



Foto: Autora / Julho 2004.

⁶⁶ THOMPSON, E.P: Costumes em Comum. São Paulo. Crá das Letras, 2002 – p.21.

Após 2 anos e 2 meses acampados, os trabalhadores e suas famílias enfrentam uma realidade dura, onde os sinais de desânimo já começam a surgir. Precariedade, abandono são visíveis na imagem.

“Não tem médico, não tem escola, não tem proteção, falta comida pois está correndo um processo de despejo e aí embargaram a plantação. Além disso, temos que conviver com a neutralidade das autoridades, que não fazem nada pra resolver o problema.”

Geraldo Barbosa, 52 anos, militante responsável pelo setor de produção do Acampamento Eldorado dos Carajás. Apesar das dificuldades não pensa em desistir da luta saiu da periferia de Uberaba com a família e luta por um pedaço de chão.

Em entrevistas realizadas com alguns militantes do movimento, é possível perceber as diversas contradições existentes, a chamada ambigüidade no que se refere à identidade social de muitos trabalhadores.

“...os acampamentos e os assentados de sem-terra hoje não passam de uma favela rural.” (Ché).

O “Ché”, como prefere ser chamado, é um ex.militante do MST, fundamental, que me deu todo um referencial para a realização dessa pesquisa.

Segundo depoimento de Che, “as alianças estão comprometendo a luta”. Hoje o MST está mais dividido que uma “colcha de retalhos”, o que revela uma disputa política dentro do movimento, um jogo de interesses que desvincula, desmobiliza as bases favorecendo interesses contrários aos princípios ideológicos do MST.

“... o MST está num grupo aí que só tem empresário e latifundiário, ele está fechando com esse pessoal. A verdade é que o MST tem uma postura de esquerda, mas passa hoje por um processo de “endireitização”, o que comprometeu o trabalho de base, comprometeu a luta.” (Ché).

“Ché, apesar de desvinculado do movimento, me deu todas as informações possíveis, principalmente sobre sua experiência na militância, no setor de Educação e em diversos outros setores onde atuou.

Na primeira visita ao acampamento Eldorado dos Carajás, em Julho/2002, na região do Prata, percebi em conversas informais com alguns acampados, que se tratava de pessoas que no limite da pobreza, se unem em torno de uma consciência única, traduzindo-se em uma palavra mágica: a terra.

Em barracos de lona, vivendo em condições de extrema miséria, eles se unem e se identificam em prol de uma causa, que parte da necessidade de vida de cada um e é trabalhada no sentido de se tornar uma causa coletiva, uma luta de todos.

Percebe-se forte o papel da mística e da educação no sentido de transformar a vida dessas pessoas:

“No lugar da mesquinhez e do individualismo, de pensar só na gente, estamos conhecendo e aprendendo a solidariedade, a pensar no coletivo, na comunidade”. (Paulo) acampado.

A luta vai transformando a vida e o jeito de ser e ver as coisas. Nos relatos desses trabalhadores, a noção de união, da vida em comunidade é bastante presente. A experiência vivenciada no acampamento exigia dos trabalhadores um processo intenso de organização interna, que possibilitava a repartição de poder, das tarefas e da coresponsabilidade, fundamentada numa estrutura horizontalizada, que rompe com o autoritarismo social, marcada por um ordenamento hierárquico e desigual nas relações sociais. Porém, isso não garante que não haja conflitos no interior da organização.

Outra forma que os trabalhadores encontravam para fortalecer a identidade coletiva no interior do acampamento era a realização de festas e celebrações. Tais eventos alimentavam a animação e a resistência dos acampados. Comemorava-se aniversários, a Folia de Reis, tinha futebol, jogo de baralho, cantigas, dança e até casamentos.

Figura 04: Acampamento de Reforma Agrária/Celebração de um casamento.



Fonte: Arquivo do Movimento dos Sem-Terra, s/d.

Num altar improvisado, há uma mistura de religiosidade, exaltação à cristo e o principal mártire que inspira os militantes do movimento (Che Guevara), a bandeira do MST, enquanto um de seus principais elementos simbólicos, além de uma manifestação política em comemoração aos 15 anos de luta do movimento.

“Um elemento importante a ser acrescido neste trabalho de construir o convívio social é o da mensagem ideológica do nosso projeto. Temos de entrar no cotidiano das pessoas com os nossos símbolos e mensagens⁶⁷.”

As análises políticas são feitas com exemplos associativos com algo material, presente no cotidiano das pessoas, que permitam compreender a realidade e através da consciência crítica, criar condições para transformá-la.

A música está sempre presente no cotidiano do acampamento e é motivo de orgulho para os militares sem-terra, que durante visita ao acampamento Eldorado dos Carajás, fizeram questão de nos apresentar algumas composições e cantaram em coro, o que dava uma sensação incrível de liberdade, de compromisso social, de engajamento político, coisa que a cada dia se torna mais distante de nossa realidade, pois o que se tem é um estado de alienação, comodismo, insensibilidade por parte da maioria das pessoas, o que dificulta a luta, inibe manifestações e leva à estagnação de projetos políticos que contribuam para reverter este quadro de apatia e miserabilidade em que se encontra grande parte da população brasileira.

⁶⁷ Construindo o Caminho – MST, Edição Julho/2001 – p.103.

Em coro, eles cantaram uma canção com melodia da Asa Branca:

“Quando vejo tanta terra
 espalhada por aí,
eu me pergunto aí,
 com que direito
eles querem tirar
 a gente daqui
 (...)

Toda gente tem direito
de ter terra pra morar,
 porque aquilo
 que é de todos
é mais que um roubo
 acumular.”

E assim, o movimento passa sua mensagem, denuncia o **latifúndio** como elemento gerador de miséria para a maioria do povo e de riqueza para a ínfima elite que detém o poder, impõe políticas antipopulares e defende o imobilismo social.

Nos acampamentos, os sem-terra fazem uma migração rural ao contrário: deixam a periferia urbana, onde não encontram trabalho, e acampam nas estradas, à margem dos latifúndios improdutivos, tentando ocupá-los e criar um fato político que lhes garanta a posse da terra.

Além do desafio de continuar na luta pela terra, criando e recriando novas formas de combate e resistência, o MST vai tendo que assumir desafios cada vez maiores: na produção, nas relações de trabalho, na saúde, na educação. E esta é uma luta tão grande e intensa quanto a luta pela terra.

A luta vai além da ocupação de terras e vai tomando novas formas de articulação num contexto de repressão, omissão e insensibilidade da sociedade e das autoridades competentes diante da questão agrária no país.

Muitas vezes, momentos ou ações conflitantes causam descrédito em relação ao movimento por serem utilizados pela mídia de forma tendenciosa, mas assim como existem problemas no discurso e na comunhão de princípios, há pessoas sonhando à espera de conquistar um espaço, um lugar digno para sua sobrevivência.

Várias formas de luta são implementadas com objetivo de chamar a atenção da sociedade para os problemas dos sem-terra, ganhar adeptos e simpatizantes e promover a discussão sobre a realidade brasileira.

Como exemplo de luta, temos a ocupação de prédios públicos, onde o prédio ocupado é aquele onde está sediado o órgão envolvido na reivindicação.

A intenção é expor ao público que esses órgãos não cumpriram os compromissos assumidos e obrigar os responsáveis a negociar.

Figura 07: Forno de barro construído pelos militantes do MST no prédio da Assembleia Legislativa de São Paulo.



Fonte: Arquivo do MST, s/d.

Na foto, mais uma vez a presença da mística, onde se busca valorizar as raízes do homem do campo para reivindicar seus direitos e conquistar seu espaço.

Entre os acampamentos mais numerosos nas capitais e que mais repercutiram no Brasil destaca-se o que foi realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul⁶⁸, durante oito meses no ano de 1987, com a participação aproximadamente de 300 pessoas entre adultos, jovens e crianças.

O MST conduz trabalhadores sem-terra às grandes cidades para manifestações e passeatas, na tentativa de chamar a atenção da população para seus problemas. Essa é

⁶⁸ Dados extraídos do livro: "A história da Luta pela terra e o MST". – São Paulo: Expressão Popular, 2001. p.202.

uma forma de o movimento ganhar visibilidade e também de pressionar as autoridades para que suas reivindicações sejam atendidas.

Na maioria das vezes essas manifestações são pacíficas. Um exemplo significativo são os jejuns e greves de fome, onde centenas de participantes ficam sem comer, por um tempo determinado, num lugar público. Essa ação tempo por finalidade simbolizar e tornar visível a fome diariamente vivida nos acampamentos. Nela também fica implícito que os sem-terra usam formas pacíficas de luta e que estão abertos ao diálogo com as autoridades.

Em diversos casos, no entanto, houve repressão por parte dos governos estaduais mais conservadores.

O caso mais absurdo ocorreu no início de maio de 2000, quando o governo Jayme Lerner requereu liminar ao Judiciário para impedir a entrada dos Camponeses em Curitiba, alegando que sujariam a cidade e colocaria em risco a ordem pública.

O Judiciário negou a liminar, mas mesmo assim, a tropa de choque da Polícia Militar bloqueou as entradas da cidade e reprimiu a marcha, ferindo dezenas de pessoas e assassinando o trabalhador sem-terra Antonio Tavares⁶⁹.

Alguns juízes e delegados entendem que ocupar é crime e, às vezes, predem integrantes de ocupações sob a acusação de **esbulho possessório e formação de bando ou quadrilha**.

A literatura do movimento disponibiliza alguns processos contra trabalhadores rurais sem-terra, colocando em voga a seguinte questão: a ocupação de terras que não estão cumprindo sua função social é um ato de desobediência civil?

Segundo ministros do STJ, (Superior Tribunal de Justiça) através de Habeas Corpus nº 9.896-Paraná (99/0055128) de 21 de outubro de 1999⁷⁰, “a prisão de trabalhadores rurais visou ao enfraquecimento do movimento e a justiça não pode ser instrumento de ação política contra movimentos que insurgem contra as desigualdades econômicas e sociais”.

Isto é um exemplo de que o Poder Judiciário no Brasil nem sempre é conivente com as práticas repressivas contra o MST, mas não se pode esquecer que a violência tem muitas faces e a brutalidade da Polícia Militar muitas vezes é respaldada pelo Judiciário.

⁶⁹ Idem – p.215.

⁷⁰ Ibidem – p.202.

Segundo Chiavenato⁷¹, “a televisão dramatiza a violência, exibindo a brutalidade da repressão. As imagens de homens, mulheres e crianças espancados ou mortos emocionam, mas a emoção afasta-nos da crítica. Assim, nós gostaríamos de uma lei que punisse os homens maus que, armados de cassetetes e metralhadoras espancam e matam os bons camponeses que produzem os alimentos que comemos”.

Para o autor, inconscientemente, alimentamos a violência, na medida em que não avaliamos profundamente seu conteúdo e permitimos que as autoridades nos iludam com medidas formais.

“A emoção leva-nos à solidariedade e à dor pelas vítimas e nos contentamos com a punição dos malvados⁷²”.

De acordo com esta análise, conclui-se que o sistema se beneficia dessa falta de consciência crítica e sua estrutura econômica, que gera violência, permanece intocada. É preciso examinar o conteúdo dessa violência, que é evidentemente, a absurda concentração de renda no Brasil.

Diante desse contexto, de violência, repressão, da falta de uma ação efetiva por parte do governo para distribuir as terras improdutivas aos milhares de camponeses brasileiros, o MST continua sua luta, com recuos e avanços, mas continua.

No caso do acampamento Eldorado dos Carajás, após 2 anos acampados, passando por privações de todos os tipos, os trabalhadores sem-terra demonstravam um certo desânimo, uma apatia geral estava presente naquele lugar. Muitas famílias abandonaram a luta e outras, para conseguirem sustento, faziam algum serviço para fazendeiros da região pois estava correndo um processo de despejo e eles não podiam plantar para garantir a auto sustentação do acampamento.

Segundo depoimento de um acampado:

“Aqui só tem miséria. Nós não temos apoio de nenhuma parte, nem mesmo do MST. Até agora só tem promessa e ninguém faz nada. Tem dia que falta tudo, até vontade de viver, mas o que é que nós vamos fazer na cidade, sem emprego, sem nada. É melhor ficar aqui, resistir na luta.”
(Paulo César Rodrigues, acampado).

⁷¹ CHIAVENATO, Julio José. Violência no Campo: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna –1996-p.8

⁷² Op. Cit p.9.

Através deste depoimento, percebe-se que a mística está morrendo, que a esperança já não é tão grande como no início e que o tempo debaixo da lona, passando fome, faz com que muitos percam o chamado ideário coletivo, e passem a pensar na própria sobrevivência, se submetendo às desigualdades do sistema, sem forças para levar adiante a luta árdua em busca de um pedaço de terra.

Figura 08: Talhadores acampados Eldorado dos Carajás



Foto: Autora / Julho 2004.

Resistir é a palavra de ordem e é unanimidade nas falas desses trabalhadores. Mas muitas vezes, a necessidade de sobrevivência supera o ideal revolucionário, o que causa a chamada ambigüidade, no que se refere à identidade social dos trabalhadores e conseqüentemente, isso afeta o movimento e seus objetivos.

“Todos nós fomos educados para uma cultura individualista na sociedade capitalista, onde nossa vontade pessoal, nosso bem estar individual, estão acima de qualquer coisa. Daí nascem os desvios do individualismo, do oportunismo e do egoísmo, que minam a prática da disciplina⁷³”.

Segundo o MST, é necessário superar os desvios, impor sacrifícios pessoais para que se possa ajustar às normas, regras e objetivos principais da organização. Assim, a

⁷³ Construindo o Caminho – MST- Julho 2001- p.220.

construção de militantes disciplinados é um longo processo, e permanente aperfeiçoamento de disciplina, de conscientização de sua necessidade e de subordinação das “vontades pessoais” aos objetivos sociais.

Para o movimento, a prática da indisciplina individualizada ou o agrupamento oportunista de pessoas que se rebelam contra as decisões coletivas “quebram a unidade das organizações, geram divisionismo, correntes internas dispersionistas que acabam por quebrar a unidade da ação. E geram o esfacelamento da organização⁷⁴”.

De fato, existem dentro do MST os chamados “desvios”, o descomprometimento de alguns militantes com a causa coletiva, oportunismo, enfim, várias práticas que acabam comprometendo a coerência e a firmeza ideológica do movimento. Mas tais desvios não podem comprometer a organização como um todo; não se pode generalizar tais ações como tem feito a mídia, muitas vezes de forma tendenciosa, visando subordinar o jornalismo aos interesses das elites.

A jornalista e diretora do Centro de Justiça Global, Maria Luisa Mendonça, realizou uma pesquisa em 300 artigos de jornais que citam o MST, nos quatro maiores órgãos de imprensa do país: Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, entre 20 de abril e 20 de agosto de 1999, dados reproduzidos pelo MST na obra “A história da luta pela terra e o MST⁷⁵”.

Seguem algumas das manchetes analisadas:

- *“Desocupação no PR deixa 3 feridos”.*
(Folha de São Paulo, 22/05/99)
- *“Morte de sindicalista foi vingança, diz polícia” (O Estado de São Paulo, 25/05/99)*
- *“Conflito mata sem-terra no Paraíba”.*
(Folha de São Paulo, 08/07/99).
- *“PMS se contradizem sobre massacre: comandantes divergem em depoimento, mas atribuem a morte de sem terra a ordem superior.” (Folha de São Paulo, 17/08/99)*

⁷⁴ Idem – p.221.

⁷⁵ MORISSAWA, Mtsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo. Expressão Popular, 2001-p.218-220.

A jornalista diz que “as manchetes resumem a questão, atribuindo os crimes a conflitos, tiroteios, desocupação, vingança, ordem superior”.

Mas quando o foco é uma ação do MST, o que se procura ressaltar é a imagem de um movimento violento:

“Sem-terra bloqueiam 3 prefeituras no Pontal” (O Estado de São Paulo, 31/03/99)

“Policial é feito refém por sem-terra em São Paulo”. (O Estado de São Paulo, 31/03/99).

“O MST faz ameaça em gravação.”(Jornal do Brasil, 08/06/99)

“Sem-terra incendeiaram casas em fazenda”. (O globo, 15/07/99).

“Sem-terra saqueiam e queimam fazenda histórica em São Paulo.”(O Estado de S. Paulo, 15/07/99).

A questão da pretendida tomada do poder pelo MST ganhou força em matérias publicadas pelo jornal O Estado de São Paulo, no mês de Junho de 1999, quando as manchetes procuraram dar essa conotação às ações do movimento.

“MST ensina táticas de guerrilha aos sem-terra.”(O Globo, 13/06/99).

“Denunciada ação armada de sem-terra em MG. (O Estado de São Paulo, 24/06/99).

“ PF investiga infiltração da guerrilha Peruana no Brasil”. (O Globo, 29/06/99).

Há uma intencionalidade em algumas reportagens em associar as ações do MST à guerrilha, à violência, à desordem. Sob o título “Centros de treinamento preparam os sem-terra”, matéria publicada em 24 de outubro de 1995 pelo jornal O Estado de São Paulo, havia informações como: “nos ônibus fretados para levar os sem-terra na madrugada da ocupação não faltavam foices, facões, machados e enxadas. (...) Postos de observação são armados com trincheiras de sacos de terra e faixas e bandeiras indicam a presença do MST no local”.

2.3. Recuperar a função social da escola: um desafio para o MST.

Segundo cartilha do MST, “ninguém consegue fazer uma guerra se antes não formar um exército. É preciso vencer a classe dominante, mas precisa-se de muita organização e muita gente com a consciência vermelha⁷⁶”.

Nesse contexto, a luta pela terra e pela Reforma Agrária vem transformando o meio rural brasileiro, através de uma proposta global para o Brasil, que questiona não só a distribuição da terra, mas todo o modelo econômico, social e político.

Daí surge uma questão fundamental para ser refletida: que transformações o contexto da luta pela Reforma Agrária provoca na educação?

Num seminário do MST realizado pelos coordenadores do EJA, setor responsável pela educação de jovens e adultos dentro do movimento, novamente a música se faz presente:

“Ninguém educa ninguém
ninguém se educa sozinho
as pessoas se educam entre si
descobrimos este novo caminho.

Como pensa o MST,
e o setor a educação
muito além do, a, e, i, o, u
ou um canudo de papel na mão

Combatendo o individualismo
se educando contra os opressores
aprendendo viver coletivo
construindo assim novos valores.

Fonte: MST – Seminário Coordenadores EJA.

Música: Pra soletrar a liberdade

Autoria : Zé Pinto.

O rótulo de sem-terra, representa para a maioria dessas pessoas a possibilidade de concretização de sonhos, de se tornarem sujeitos participantes e construtores de sua própria história, diferentemente do que se reproduz na mídia e nos meios de comunicação, que tentam descaracterizá-los, apegando-se somente aos problemas existentes.

⁷⁶ Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio. 4º Congresso Nacional do MST, Brasília-DF-7 a 11 de Agosto de 2000. texto: Ademar Bogo, p.34-35.

Numa época em que se propaga o fim das utopias, o fim do sonho socialista, o MST busca uma escola capaz de realizar uma tarefa contra-ideológica, fundamental para a organização popular: “re-colocar o sonho, re-acender a chama da utopia no coração de nossa juventude. Tarefa que acaba não sendo tão difícil quando a juventude de que se trata é filha de um sonho e de uma luta bem concreta para realizá-la⁷⁷”.

Segundo os princípios educacionais defendidos pelo MST, cabe à escola não deixar que a história desta luta se perca, cultivando seus símbolos, suas datas, seus valores, educando para novos comportamentos, estimulando o desenvolvimento pessoal, projetando mudanças necessárias não só no campo, mas no conjunto da sociedade. E isso só será possível se a escola tiver bem claros não apenas seus fins pedagógicos, mas, sobretudo, seus propósitos sociais e políticos.

Estes outros princípios se agregam à partir da proposta de Educação Integral, que visa “desenvolver seres humanos plenos e felizes, cuja felicidade pessoal depende do bem estar de toda a humanidade, e por isso não podem ser na sociedade atual, nada menos do que revolucionários⁷⁸”.

Nesse sentido, a aprendizagem garante a continuidade do processo histórico, a conservação ou a mudança da sociedade, por meio de suas transformações estruturais e sociais.

Para o MST, educação não é sinônimo de escola. Esta é apenas um de seus espaços, que quanto mais aberta estiver para outros espaços educativos, mais eficiente e contextualizada será, para com as necessidades e objetivos dos alunos e de suas comunidades. Como exemplos de espaços educativos num sentido mais amplo, que vai além da sala de aula, podemos citar a organização popular para a luta e resistência, as novas relações sociais de trabalho e a aprendizagem coletiva nas práticas sociais diversas.

Democracia, cooperação, trabalho, relação entre teoria e prática, são alguns dos eixos que orientam esta nova escola que o MST está tentando construir, diretamente vinculada ao destino histórico do grupo social que a constitui.

⁷⁷ CALDART, Roseli Salete. Educação Popular no meio rural: As experiências pedagógicas nas escolas do MST: p-226.

⁷⁸ Idem – p.227.

“Mais do que inventar, o que estamos fazendo é recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista: pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da luta social⁷⁹”.

O MST não deve assumir a responsabilidade da educação formal, a não ser em caráter excepcional e sempre pelo menor tempo possível, pois essa tarefa lhe acarretaria custos com os quais não pode arcar e nem tem intenção de substituir o Estado no seu dever de garantir o direito à educação para toda a sociedade. O movimento luta por escolas públicas de qualidade nos acampamentos e assentamentos de RA de todo o país, com recursos do Estado e participação das comunidades e do MST na sua gestão pedagógica.

Para o MST, a luta por uma educação pública e gratuita de todas as crianças e a combinação da educação com a produção material, são requisitos para a formação integral da criança, considerando-se o trabalho como parte integrante da educação e vice-versa.

O MST defende, além dessa integração da escola trabalho, a viabilização da participação da criança na organização e na gestão escolar, dado que a gestão serve de paradigma para a formação na condução e defesa dos interesses das associações e cooperativas que devem ser formadas e administradas pelos trabalhadores rurais sem-terra, para que esses possam adquirir maior competitividade para seus produtos no mercado⁸⁰.

Os princípios da educação no MST buscam romper com a velha lógica capitalista de fragmentação do conhecimento, sem perder de vista a disputa pelo controle da tecnologia, da ciência, trabalhando com parâmetros que superam a simples resistência, pois apresenta propostas concretas.

Situar o processo educativo no trabalho é, para o MST, um passo para a superação do ensino tradicional, “buscando o conhecimento no mundo material da produção humana, através da construção de uma ética solidária e da reconstrução da identidade cultural e popular⁸¹”.

⁷⁹ Construindo o Caminho – MST – Julho 2001, p.125.

⁸⁰ Dados extraídos do Caderno de Educação nº8: Princípios da Educação no MST: Julho de 1996.

⁸¹ MENEZES NETO, Antônio Júlio. “Trabalho e Educação: a proposta do MST”. Presença Pedagógica / Editora Dimensão. V6-nº 33. Maio/Junho 2000 – p.29.

O MST mantém cursos de formação profissional nas áreas de Magistério no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo e de Técnico em Administração de Cooperativas no Rio Grande do Sul. Nesses cursos, procura vincular o processo de educação a algum tipo de inserção econômica, além de trabalhar a autogestão, uma das práticas mais estimuladas pelo MST.

O aluno, além de aprender a gerir a escola, transformando-a num instrumento democrático à serviço da classe trabalhadora, também aprende a gerir as cooperativas e associações criadas e mantidas pelos assentados como forma de organizar a produção e a distribuição de suas mercadorias.

Trata-se, portanto, de uma escola que busca dar formação integral ao aluno. É importante salientar que a formação profissional é trabalhada em todas as etapas, ou seja, produção, comércio e administração.

“Pode-se dizer que é uma proposta que critica a fragmentação e não busca apenas a qualificação de mão-de-obra para a hipotética inserção no mercado capitalista globalizado, mas ao contrário, está procurando caminhos alternativos a um sistema excludente⁸²”.

O movimento reivindica uma nova forma de ensinar, que respeite as especificidades do campo, que valorize o saber dos educandos, visto que crianças, jovens, adultos, pessoas mais velhas, todos têm um conjunto de saberes, uma cultura e uma história que precisam ser respeitadas e consideradas quando entram na escola.

As pré-escolas ainda passam por um processo de organização. A Ciranda Infantil, creche idealizada pelo MST, é um espaço educativo dirigido às crianças de 0 a 4 anos, no qual se aprende a cantar, desenhar, brincar, escrever, fazer teatro de acordo com a faixa etária. “O nome é muito significativo, pois lembra a união da força coletiva e ao mesmo tempo, faz referência ao lúdico da brincadeira de roda presente na infância de muitas pessoas de diversas partes do mundo”, explica Maria de Jesus, coordenadora estadual do Setor de Educação Infantil do Ceará, onde a experiência teve início.

A CII (Ciranda Infantil Itinerante), que funciona durante eventos organizados pelos vários setores do MST, é uma estrutura paralela idealizada para facilitar a

⁸² MENEZES NETO, Antonio Julio. “Trabalho e Educação: a proposta do MST”. Presença Pedagógica. Editora Dimensão. V6 n33-Maio/Junho2000, p.37.

participação, principalmente das mulheres sem-terra, nos cursos, seminários, e congressos realizados fora dos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária.

O objetivo é garantir alimentação e cuidados exigidos pela criança pequena, além de educação de qualidade com acompanhamento de profissionais capacitados enquanto os pais participam dos debates ou das plenárias.

As crianças dos acampamentos e também as dos assentamentos, chamadas de “sem-terrinha” são consideradas pelo movimento cidadãos. Além de participarem do esforço educacional do MST, freqüentando as escolas dos assentamentos ou dos municípios onde vivem, elas estão presentes nas lutas, em passeatas organizadas nas grandes cidades, chamando a atenção das autoridades para a causa, ou em eventos de entrega de reivindicações nas diversas instâncias governamentais ligadas à questão da terra, créditos, educação e infra-estrutura⁸³.

“O nosso trabalho educativo se revela militante pela escolha dos assuntos a serem trabalhados, pelas vivências a serem lidas e interpretadas.”

(...)

“O nosso trabalho educativo é conscientizador, ou seja, formador de consciência porque vinculamos o processo formativo com lutas pelos direitos. Mantemos a memória da caminhada subversiva do povo e recordamos a história das lutas do povo ao longo dos tempos, em nosso país e no mundo⁸⁴”.

Os princípios que orientam o projeto educacional dos sem-terra tem características específicas, e a implementação dessa proposta educacional será diferenciada em cada realidade, dependendo do momento histórico, da correlação de forças políticas, das pessoas inseridas nesse projeto, das alianças e parcerias estabelecidas com a sociedade.

Nos assentamentos, na maioria das vezes, as escolas começam a funcionar sem legalização, em barracos de lona, com infra-estrutura mínima, com professores leigos e seu trabalho voluntário. São poucos os casos em que esta situação se altera sem uma série de lutas da comunidade. Na maioria das vezes, são necessárias pressões sistemáticas para cada conquista: legalização, construção do prédio, contratação dos professores⁸⁵.

⁸³ Dados Extraídos do livro: “A História da Luta pela Terra e o MST”. São Paulo: expressão popular, 2001 – p.214.

⁸⁴ Op. Cit. Caderno de Educação nº11. EJA – Educação de Jovens e Adultos. “Sempre é tempo de Aprender”, MST – Julho /2003 – p.30.

⁸⁵ Idem – p.33.

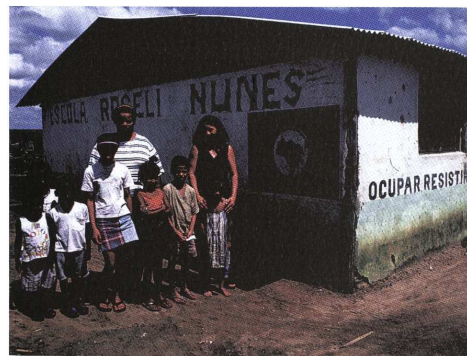
É possível perceber diferenças bastante acentuadas entre os assentamentos de Reforma Agrária espalhados pelo Brasil, em relação ao nível de organização, às formas de trabalho, ao desenvolvimento da produção e na questão da educação, devido ao próprio contexto regional e outras variedades que afetam o avanço destas áreas.

Na realidade das escolas existentes nos assentamentos de todo o Brasil hoje, podemos encontrar aquelas que desenvolvem um ensino precaríssimo, realidade educacional predominante no meio rural, até escolas que desenvolvem experiências avançadas e originais, na perspectiva de uma educação libertadora como é o exemplo da Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro, em Veranópolis (RS), única do país que ensina Administração em Cooperativismo para Assentados . Credenciada para desenvolver ensino supletivo de 1º e 2º graus, já havia formado duas turmas em meados de 2000⁸⁶.

Figura 09: Escola de acampamento

Fonte: Arquivo do MST. S/D.
Foto: Carlos Carvalho

Figura 10: Escola ensino fundamental em assentamento de Minas Gerais.



Fonte: Arquivo do MST. S/D.
Foto: Carlos Carvalho

A formação de adultos desenvolvida no interior do MST é quase toda influenciada pela pedagogia de Paulo Freire, sobretudo através da utilização de sua metodologia de alfabetização de adultos à partir de temas geradores.

“EJA (Educação de Jovens e Adultos), para nós faz parte da Educação Popular que é alimentada por uma mina d’água especial: Pedagogia do Oprimido”. (Paulo Freire)⁸⁷.

A implementação em EJA da pedagogia do MST, se firma nas diferentes iniciativas de alfabetização, escolarização e formação dos sem-terra, jovens e adultos, a

⁸⁶ SANTOS, Sueli Auxiliadora. Revista Sem-Terra, ano II, nº 08, Jul-Ago-Set, 1999.

⁸⁷ Idem p.8.

nível de Educação Fundamental e Média, bem como no trabalho de base, nas mobilizações e na formação de militantes.

O desafio é tentar descolar a EJA do modelo escolar convencional, pois do contrário, se correria o risco de mudar apenas a nomenclatura e não a estrutura em si. A EJA precisa se colar a uma outra matriz, segundo do MST: a cultura, superando a seriação, bem como superando as disciplinas, a grade curricular e sua lógica.

O movimento se propõe a sair da estrutura convencional, vinculando a EJA com a formação político – ideológica, recuperando o papel social da escola: formar cidadãos críticos e conscientes do seu papel enquanto sujeitos históricos.

Nessa concepção, identificada pelos próprios dirigentes do MST como humanista, o professor em si não tem o papel de transmitir conteúdos, mas apenas de criar condições que facilitem a aprendizagem dos alunos através das próprias experiências vividas por eles em sua comunidade.

Assim, o processo educacional deve se dar através da interação do aluno com o meio e com a comunidade e com um professor que mediatiza a relação **aluno, comunidade, escola**.

O MST entende que as pessoas aprenderão à partir de temas geradores que devem surgir da realidade vivida pela criança, adolescente ou adulto, levando o educando a tomar uma postura crítica diante do real. Portanto, o “tema gerador”, é mais que uma simples palavra para iniciar a alfabetização; é um símbolo, um significado de vida, uma identidade.

O processo de avaliação por sua vez, deve se dar de forma coletiva e democrática, onde todas as pessoas envolvidas possam avaliar e ser avaliadas, através de critérios previamente elaborados. Essa prática evidencia uma postura de democracia participativa, onde todos possam ter igualdade de condições de participar e de fazer parte desse projeto.

O movimento reivindica e faz apologia ao professor militante, afirmando que nas escolas do MST não pode ter um professor qualquer. “O professor deve participar da vida do assentamento⁸⁸”.

Através da proposta de um professor militante nas escolas do MST, percebe-se uma certa fragilidade na ideologia do movimento, pois ao temer que um professor vindo de fora do acampamento ou assentamento ou que não tenha vínculos com a militância

⁸⁸ Caderno de Educação nº11 – EJA – Educação de Jovens e Adultos. “Sempre é tempo de aprender”. MST- Julho 20003- p.35.

do MST possa deturpar a formação de seus alunos, o movimento acaba por limitar a possibilidade de integração social.

De acordo com esse pensamento, todos os que não possuem vínculos com a ideologia do MST são tidos como adversários potenciais e podem disseminar “ideologias burguesas” entre os membros do movimento.

Nesse sentido, entende-se que o professor é tido como mais um integrante do movimento, devendo ter clareza da proposta política dos trabalhadores rurais sem-terra bem como estar devidamente capacitado para educar para a participação social, aumentando o grau de consciência do aluno e transformando-o num cidadão militante em defesa dos interesses e das causas propostas pelo MST.

“O projeto também estimula a possibilidade de contribuir no futuro com o movimento. Não faria sentido ser de outro jeito. Os pais destas crianças sofreram muito tempo embaixo de uma lona preta, em acampamentos improvisados. Houve violência e mortes. É preciso que haja quem continue a luta mais adiante, evitando que tudo isso seja jogado fora e as ocupações tenham de ser feitas novamente⁸⁹”.

(Solange Chagas Santos)⁹⁰.

Através deste depoimento, fica evidente que o aprendizado embute a necessidade de sobrevivência do MST, a continuidade da luta. Envolvidas pelas lições que aprendem em sala de aula, muitas crianças desejam continuar, quando adultas, a luta na qual cresceram e foram educadas.

“A pedagogia tem que transformar a realidade e os sujeitos. As pessoas se transformam refletindo sobre as suas vivências e sobre o seu jeito de agir sobre a realidade. É o MST que educa⁹¹”.

Para o MST, as escolas de acampamento e assentamentos tem a função de ajudar o trabalhador a se descobrir como sujeito explorado, excluído e orientá-lo para que através de sua ação, ele reverta esse processo.

⁸⁹ Depoimento extraído do artigo: “Revolução na Escola”. (Angélica Wiederhecker) – Revista Isto É – 1498 – 17/06/1998.

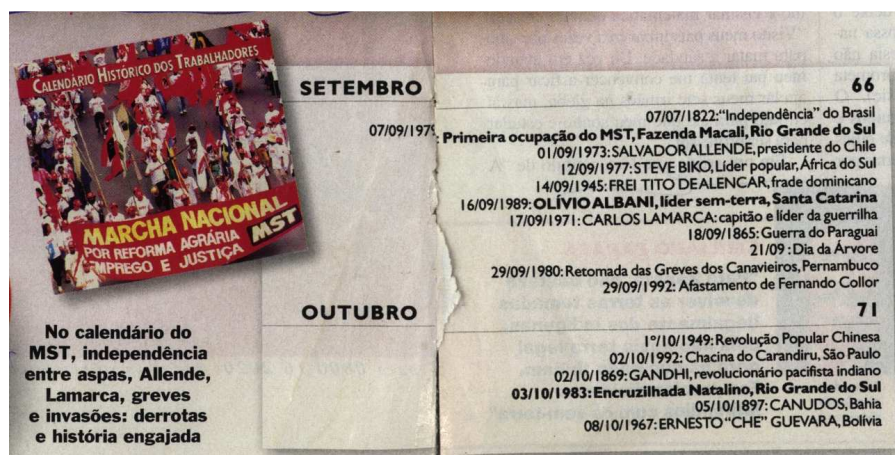
⁹⁰ Solange é professora, filha de agricultores, hoje assentados nos arredores de Itamarajú e uma das responsáveis pela implementação da proposta nas escolas de assentamento da Bahia.

⁹¹ Dados extraídos do livro: “Construindo o caminho”. Uma publicação do MST – Edição Julho de 2001, p.189.

Neste trabalho de formação, é importante para os estudantes relembrar e comemorar as datas consideradas importantes para a classe trabalhadora e pela comunidade local.

As datas consideradas pelo MST como mais importantes e, portanto que devem ser comemoradas pelos estudantes são⁹²:

Figura 11 – Calendário Histórico do MST.



Fonte: Revista Isto É. 17/06/98.

⁹² Algumas datas celebradas pelos 160.000 alunos matriculados nas escolas do MST. Alunos aprendem a “desenvolver a consciência revolucionária”, e a cultuam personalidades do comunismo como Karl Marx, Holhiminh e Che Guevara. Isto É / 1498, 17/06/98.

Textos do Calendário Histórico do MST publicados na revista Isto É / 1498 – 17/06/98.

- 08 de março: dia da mulher
- 1º de maio: dia do trabalho.
- 25 de julho: dia do trabalhador rural.
- 20 de novembro: dia da consciência negra.
- dia do aniversario da ocupação e do assentamento.
- a partir de 1997, comemora-se o dia 17 de abril (aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás) como dia Internacional de Luta camponesa em defesa da R.A

A reportagem da revista *Veja* visitou duas escolas do MST, ambas no Rio Grande do Sul. Tanto a escola Nova Sociedade, em nova Santa Rita, quanto a Chico Mendes, em Hulha Negra, “exibem, nas classes e no pátio, a bandeira do MST; no currículo, abordagens ausentes da cartilha do Ministério da Educação e que transmitem a ideologia sem-terra⁹³”.

De acordo com a *Veja*, os professores utilizam uma espécie de calendário alternativo que inclui a celebração da revolução chinesa, a morte de Che Guevara e o nascimento de Karl Marx. O sete de setembro virou o “Dia dos Excluídos”, e a Independência do Brasil é grafada entre aspas. “Continuamos dependentes dos países ricos”, justifica o professor de História da escola Nova Sociedade, Cícero Marcolin⁹⁴.

Segundo a reportagem, o MST implementou um sistema de ensino paralelo, sobre o qual o poder público não exerce quase nenhum controle. “O ministério da Educação desconhece até mesmo quantas são e onde estão exatamente as escolas publicas com a grife do movimento⁹⁵”, afirma.

Afirma ainda que as secretarias estaduais e municipais de ensino, embora sustentem as escolas, enfrentam dificuldades até para fazer com que professores não ligados aos sem-terra sejam aceitos nas salas de aula. “O MST torna a vida do educador que vem de fora um inferno”, diz Gislaine do Amaral Ribeiro, coordenadora estadual das escolas de assentamentos na região de Bagé, Rio Grande do Sul. Nos assentamentos, pelo menos a metade do corpo docente vem do MST. Já nos acampamentos, todos os professores pertencem ao movimento.

⁹³ Artigo: “Madracais do MST” – (Mônica Weinberg), Revista *Veja*, 8 de setembro de 2004.

⁹⁴ Idem

⁹⁵ Ibidem.

Uma outra questão abordada, é que muitos desses professores não têm o curso de Magistério completo – pré-requisito básico para a contratação na rede pública -, e alguns não chegaram sequer a terminar o ensino fundamental.

Segundo o secretário estadual de Educação do Rio Grande do Sul, José Fortunatti, “existem pessoas atuando como profissionais da educação sem o mínimo de preparo para exercer a função”. Isso se deve ao fato desses professores em sua maioria, terem sido contratados pelo governo anterior, do PT, que por sua proximidade com o MST, teria sido complacente na contratação do corpo docente.

Um ponto fundamental da discussão é o fato do MST deixar claro que a educação que pretende dar aos seus alunos deve ter “o compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária⁹⁶”.

O que se questiona é o fato do movimento propagar a sua ideologia para crianças que mal aprenderam a escrever o próprio nome e fazer isso dentro do sistema de ensino público e com o dinheiro do contribuinte. A legislação brasileira, de acordo com o artigo da Veja, preserva a autonomia das escolas, desde que cumpram o currículo exigindo pelos Estados e estejam em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, o que, de acordo com a reportagem, não acontece no território dos sem-terra.

No artigo, as escolas do MST são comparadas ao “madracais muçulmanos”, onde se ensina o código e instiga a revolução, “onde as crianças do MST são treinadas para aprender aquilo que os adultos que as cercam praticam: a intolerância”.

Segundo a pedagoga Sílvia Gasparin Colello, da Universidade de São Paulo, “essas escolas estão aprisionando as crianças num modelo único de pensamento”, indo contra o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prega o “pluralismo de idéias” e o “apreço à tolerância⁹⁷”.

“Sem-terrinha em ação, pra fazer a revolução”, gritam os alunos, de mãos dadas, ao final de eventos e apresentações, fato constatado pela reportagem da Veja, em visita às escolas do MST no Rio Grande do Sul⁹⁸.

⁹⁶ Caderno de educação nº 8, MST - página 27.

⁹⁷ Artigo: “Madracais do MST”. (Mônica Weinberg), Revista Veja, 8 de setembro de 2004.

⁹⁸ Idem.

“Burgueses não pegam na enxada, burgueses não plantam feijão, e nem se preocupam com nada, arrasam aos poucos a nação”, diz a letra de uma das canções, ensinadas aos “sem-terrinhas”⁹⁹.

De fato, a pedagogia do MST divide opiniões, gerando uma polêmica em torno das práticas do movimento. Alguns segmentos da sociedade criticam o projeto de educação promovido pelo MST e acusam o movimento de estar na verdade doutrinando uma massa de jovens e crianças nas escolas rurais para que estas sejam os futuros militantes visando a continuidade do movimento e não a formação de cidadãos plenos.

O movimento entende que a educação no meio urbano prepara o filho do agricultor para sair do assentamento, pois impõe valores que consolidam as relações individualistas, que imperam no atual sistema e desvalorizam a vida no campo. Em contrapartida, o ensino nas escolas de assentamentos e acampamentos do MST deve preparar os estudantes para ficar e transformar o meio rural.

“Por isso passamos a trabalhar por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político e pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida e na valorização da cultura camponesa”¹⁰⁰.

O que fica evidente é que o MST, muitas vezes, faz o trabalho que seria de responsabilidade do Estado, lutando por uma escola pública e de qualidade, que ajude a reafirmar a identidade dos sujeitos do campo, assumindo o compromisso, conforme proposta aprovada no I ENERA¹⁰¹, publicada na revista Sem-Terra nº2 de outubro/dezembro de 97, de erradicar o analfabetismo nos acampamentos e assentamentos do MST e, sobretudo, não deixar nenhuma criança de acampamento ou assentamento fora da escola.

Partindo de afirmações como “onde há um acampamento e um assentamento todas as crianças freqüentam as aulas”, o MST tem reforçado o discurso de que sua participação nas áreas de acampamentos e assentamentos tem se tornado fundamental para o combate ao analfabetismo, produzido historicamente pela sociedade brasileira, sobretudo no setor rural.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Op. Cit. Construindo o Caminho – MST – Edição Julho de 2001 – p.126.

¹⁰¹ I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras de Reforma Agrária.

É necessário destacar que na perspectiva neoliberal, o sistema educacional enfrenta hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade. Nesse sentido de existência de mecanismos de exclusão e discriminação educacional resulta, de forma clara e direta, da própria ineficácia da escola e da profunda incompetência daqueles que nela trabalham.

Segundo GENTILI¹⁰², “os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise de democratização, mas uma crise gerencial, o que promove, em determinados contextos, certos mecanismos de “iniqüidade” escolar, tais como evasão, a repetência, o analfabetismo funcional, etc.”

Nesta perspectiva neoliberal, esta crise se explica, em grande medida, pelo caráter estruturalmente ineficiente do Estado para gerenciar as políticas públicas, no campo da saúde, da previdência, das políticas de emprego e também da educação.

Além disso, trata-se, segundo os neoliberais “de um problema cultural provocado pela ideologia dos direitos sociais e a falsa promessa de que uma suposta condição de cidadania nos coloca a todos em igualdade de condições¹⁰³”.

A proposta neoliberal defende que as práticas empresarias sejam transferidas, sem mediações para o campo educacional. As instituições escolares devem ser pensadas e avaliadas como se fossem empresas produtivas e a educação deve estar subordinada ao mercado de trabalho.

“O Estado neoliberal é mínimo quando deve financiar a escola pública e máximo quando define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, quando estabelece mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e quando retira a autonomia pedagógica das instituições e dos atores coletivos da escola, entre eles, principalmente, os professores¹⁰⁴”.

¹⁰² Op. Cit: GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo, Brasília, CNTE., 1996, p.27.

¹⁰³ SILVA, Tomaz e GENTILI, Pablo (orgs), Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996 p. 17.

¹⁰⁴ Idem – p.27.

O MST luta contra o neoliberalismo e suas práticas que promovem a exclusão e a desigualdade e intensificam, no tocante à educação, um modelo anti-democrático de seleção “natural” onde os “melhores”, triunfam e os “piores” perdem. Nessa lógica neoliberal, marcada pelo individualismo e pela ausência de mecanismos de solidariedade coletiva, os “melhores” acabam sendo sempre as elites que monopolizam o poder político, econômico e cultural e os “piores”, as grandes maiorias, submetidas ao aumento brutal das condições de nobreza, exclusão e violência.

“Essa cova em que estás
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
-É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
-Não é a cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

(Morte e Vida Severina:
João Cabral de Melo Neto).

O MST luta pela dignidade e humanização das crianças, jovens e adultos do campo, pela humanização do trabalho, das estruturas, das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O movimento defende que a educação e a escola do campo estão na esfera dos direitos humanos, direitos que se concretizam no espaço público e não no privado. O MST luta contra a “privatização dos direitos” que vem acontecendo na sociedade capitalista neoliberal.

Diante das freqüentes denúncias quanto à falência do sistema de ensino no Brasil, não restam dúvidas quanto à necessidade urgente de se buscar novas e mais eficientes formas de organização e gestão da escola.

O modelo atual de educação no Brasil vem cristalizando a apatia, a perda da auto-estima, a intolerância, a supressão da possibilidade de projetos históricos, coletivos. Valores como igualdade, o respeito, a solidariedade, a diversidade e a participação estão abafados.

A expressão desses valores chega a ser considerada anormalidade, utopia, excentricidade de sonhadores e românticos. Sua prática é considerada ineficaz, inadequada, contrária à idéia hegemônica de progresso.

“Na sociedade da precarização dos direitos e da crise dos valores solidários, a escola brasileira em todos os níveis, é oficina de moldagem de corações e mentes para o “time is money”¹⁰⁵.

Exclusão social, étnica, econômica, representam a lógica neoliberal e seus impactos para a sociedade como um todo.

O desafio de uma luta efetiva contra as políticas neoliberais é enorme e complexo e apesar de algumas contradições presentes no MST, o movimento destaca-se ao desenvolver uma proposta mais global para o Brasil, questionando não só a distribuição de terra, mas todo o modelo econômico, social e político, além de implementar uma proposta de formação e escolarização de seus militantes e de sua base, procurando caminhos alternativos a um sistema excludente.

¹⁰⁵ GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. Educar na esperança em tempos de desencanto. Petrópolis: Vozes, 2001, op cit – p. 58.

Acredito que quando fazemos uma interpretação, estamos oferecendo um dos significados possíveis para o objeto pesquisado. Especialmente quando o estudo envolve aspectos ideológicos, como é o caso da minha pesquisa, uma interpretação não pode ser imposta ou arbitrária, mas deve justificar-se através de fundamentos, evidências e elucidações.

Uma interpretação não é uma simples escolha arbitrária, mas é baseada em critérios e argumentos que embora possam variar de um campo de pesquisa para outro, são suficientemente sólidos para justificar uma opção, mas não esgotam as inúmeras possibilidades de análise acerca do tema proposto.

Que a crise da educação seja uma indagação a todos nós, educadores ou não, e que desperte para novas possibilidades e alternativas que ajudem a recuperar a função social da escola: a formação de cidadãos críticos, sujeitos de um processo histórico em construção, que defendam o direito igualitário a uma escola pública de qualidade.

Finalmente, este estudo caracterizou-se pela possibilidade de expor reflexões acerca das práticas pedagógicas do MST, mas sem intenção de absolutizar o projeto de educação em questão, colocando questões referentes às contradições existentes no seu interior, de grande importância para o debate sobre as concepções pedagógicas da contemporaneidade, tanto no campo quanto na cidade.

Longe de esgotar o assunto, o objetivo foi evidenciar o caráter excludente do processo histórico da instituição escolar, apresentando o projeto pedagógico do MST enquanto uma alternativa por melhores condições de sobrevivência e de justiça social, mostrando que é possível construir projetos educacionais que contribuam para que as pessoas vivam numa sociedade mais justa e igualitária e que a educação pública e de qualidade seja um direito de todos.

Há de fato dentro do projeto pedagógico do MST certas limitações como, por exemplo, a necessidade que o movimento impõe de que o corpo docente seja formado por militantes do MST, o que meu ver compromete o ideal de socialização de práticas educativas restringindo o convívio dos educandos com outras propostas, com o chamado “pluralismo de idéias”, proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

A educação na realidade, envolve interesses diversos e sua manipulação se torna viável à vários segmentos da sociedade, como políticos, empresários e por que não para o MST?

A questão principal que surgiu à partir deste trabalho foi a possibilidade do MST estar se apropriando da educação no intuito de doutrinar uma massa de crianças e jovens para a formação de quadros que dessem continuidade ao projeto político do movimento.

Durante este estudo, percebi que o limiar entre consciência crítica (proposta pela prática pedagógica do movimento) e doutrinação, de fato é tênue. Percebi que não há modelo de educação que seja neutro: educar implica na transmissão de valores de vida, sociais e políticos.

O que não se pode desconsiderar é que o trabalho que o MST desenvolve nas escolas espalhadas pelo Brasil é de grande importância, pois, é preciso ir além do ensino formal, para que se possa alcançar o sonho de uma escola pública e de qualidade, que supere este modelo altamente seletivo e excludente de educação, que reforça a desigualdade, o individualismo e desestimula o resgate da noção de coletivo.

Ao propor a vinculação da educação com a luta do movimento, grandes questões humanas estão sendo postas em discussão, como justiça, igualdade, terra, trabalho, dignidade, esperança...

Acredito, portanto, apesar de suas limitações, que o projeto de educação do MST não está doutrinando massas, como é posto na mídia, muitas vezes de forma tendenciosa. O que o movimento vem fazendo é uma tentativa de mostrar as especificidades do homem do campo, sua cultura, seus valores, sua memória, propondo mudanças à partir deste movimento, que é ao mesmo tempo **social, cultural e pedagógico**.

Esta é apenas uma contribuição para o debate. Que novas reflexões sejam feitas. Que novas propostas invadam as escolas deste país, sem pedir licença, para que seja superado este quadro desastroso em que se encontra o ensino público no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Arte em movimento: CD produzido à partir de composições dos artistas do MST, num total de 19 canções, incluindo o hino do movimento e um poema.
2. ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.
3. BENJAMIM, Fernanda A. Sobral. *Educação e Mudança Social*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981. (Coleção Educação Contemporânea).
4. BLOCH, Marc. *“Apologia da História”*, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
5. BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas: Autores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
6. Caderno de Educação nº03. Alfabetização de Jovens e Adultos – Como organizar – MST – São Paulo: Junho de 2000.
7. Caderno de Educação nº04. *Alfabetização de Jovens e Adultos – Didática da Linguagem. MST*. São Paulo: Junho de 2000.
8. Caderno de Educação: *Como fazer a escola que queremos: o planejamento*. Porto Alegre: Editora: MST, nº6 Janeiro 1995.
9. Caderno de Educação nº11 – EJA (Educação de Jovens e Adultos) – *“Sempre é tempo de Aprender”*. MST – Julho/2003.
10. CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento dos Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
11. CHAUÍ, Marilena. *“Cultura e Democracia”*: O discurso competente e outras falas. 3ª ed. São Paulo: Ed Moderna, 1982.
12. CHIAVINATO, Julio José. *Violência no Campo: o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo: moderna, 1996.
13. DE DECCA, Edgar. *“O Silêncio dos Vencidos”*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
14. FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
15. FREIRE, Paulo. *“Pedagogia do Oprimido”*, 9ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

16. _____. “Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª. Ed. São Paulo: Moraes, 1980
17. GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis: Vozes, 2001.
18. GRZYBOWSKI, C. “Movimentos populares no Brasil: desafios e perspectivas”. In STÉDILE, J. P. A “*Questão Agrária Hoje*”. Porto Alegre, Editora da UFRS, 1994. pp.285-297.
19. GUIMARAES, Letícia de Castro: “Luta pela Terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Santo Inácio Ranchinho, Campo Florida – MG (1989-2001). Tese Mestrado. UFU-Uberlândia, 2002 - p.80-90.
20. HOBBS, Eric. “*A história de baixo para cima*”. In: Sobre História São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
21. KURZ, Robert. “*O Colapso da Modernização*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
22. LE GOFF, Jacques. “*A História Nova*”. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
23. MAKARENKO, A S. “*Conferências Sobre Educação Infantil*”. São Paulo: Editora Moraes, 1981.
24. MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, vol 1, 1984 (Coleção Os Economistas.)
23. MENEZES NETO, Antônio Júlio. “Trabalho e Educação: A proposta do MST”, Presença Pedagógica: Editora Dimensão. V.6. nº33. Maio/Junho 2000, p.29.
25. MICHELOTO, Antônio Ricardo. *Catolicismo e libertação de setores subalternos no campo: contribuição à análise do imaginário religioso na configuração de alguns projetos e práticas populares no Brasil pós-64*. Tese Doutorado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 1991.
26. MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
27. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Construindo o Caminho*. Secretaria nacional MST, Edição Julho, 2001.
28. NIDELEOFF, Maria Teresa. “Uma escola para o povo”. São Paulo: Brasiliense, 1983-179 edição.
29. PAIVA, Vanilda P. “*Educação Popular e Educação de Adultos*”. São Paulo: Edições Loyola, 1973.
30. *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*. 4º Congresso Nacional MST Brasília(DF), 7 a 11 de agosto de 2000.

31. ROSSI, Wagner Gonçalves. *Pedagogia do Trabalho: Raízes da Educação Socialista*, volume 1 São Paulo: Moraes, 1981.
32. SCHERER-WARREN, Ilse. “*Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*”. São Paulo: Hucitec, 1999.
33. SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILI, Pablo (orgs) *Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE: 1996.
34. STÉDILE, João Pedro. (org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora UFRS, 1995.
35. THOMPSON, E.P. “*A formação da classe operária inglesa*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vols 1 e 2.
36. _____. “*A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*”. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
37. _____. “*Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Revistas:

Sem-terra ano I nº2 out/dez. 97.

Sem-terra ano II, nº08 Jul-Ago-Set 99.

Veja: nº36 – 08/09/2004.

Artigo: “Madracais do MST”, p.p.47-49.

Isto É: nº 1498 – 17/06/1998.

Artigo: “Revolução na escola” – p.p. 63-67.

Internet:

Home page: www.mst.org.br - acesso em 18/08/2004.

Fontes Orais:

Entrevistas individuais.

1. Paulo César Rodrigues, 25 anos

*Militante do MST acampado a 2 anos e 2 meses na região de Uberlândia – Acampamento Eldorado dos Carajás. Saiu com a família da periferia de Uberaba, onde vivia em condições de miséria, sem emprego, sem perspectiva de futuro.

2. Geraldo Barbosa. 52 anos.

*Está no movimento a 3 anos.

*Militante, responsável pelo setor de produção do acampamento Eldorado dos Carajás. Também veio de Uberaba, com o sonho de conquistar um pedaço de terra e voltar à sua origem: o campo. Conheceu o movimento através de frente de massa, trabalho realizado pelo MST para formar grupos para fazer ocupações.

3. José Antônio, 28 anos.

*Está no movimento a 4 anos, veio de Brasília e faz trabalhos em vários acampamentos da região. Extremamente bem informado, militante atuante e comprometido com a causa do MST.

*Coordenador do setor de Educação no Acampamento Eldorado dos Carajás.

4. “Ché”, 34 anos.

*Ex-militante do MST, membro do setor de Educação, desligado do movimento por divergências políticas, por acreditar que houve um processo de cooptação das lideranças, o que comprometeu a luta. Hoje, milita no PSTU.

5. Maria Aparecida Costa, 43 anos.

*Moradora do Assentamento Rio das Pedras, no Município de Uberlândia (MG).

*Atua como membro da Associação de moradores do Assentamento Rio das Pedras. mãe de três filhos, todos dentro da luta do MST, desde o processo de ocupação, onde passou por vários acampamentos, até o que ela chama de “benção divina”, que foi a conquista da terra.